

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANNA BEATRIZ ALVES CARDOSO

**CONSTRUÇÃO DO *SOFT POWER* CHINÊS E SEUS IMPACTOS NO
BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XXI**

Recife - PE
2017

ANNA BEATRIZ ALVES CARDOSO

**CONSTRUÇÃO DO *SOFT POWER* CHINÊS E SEUS IMPACTOS NO
BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte das exigências para a obtenção do título de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thales Castro

Recife - PE
2017

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

C286c Cardoso, Anna Beatriz Alves.
Construção do Soft Power chinês e seus impactos no Brasil / Anna Beatriz Alves Cardoso. – Recife, 2017.
67 f.

Orientador: Prof. Dr. Thales Castro.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais. 2. Soft Power. 3. Papel da mídia.
4.Século XXI. I. Castro, Thales. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

ANNA BEATRIZ ALVES CARDOSO

**CONSTRUÇÃO DO *SOFT POWER* CHINÊS E SEUS IMPACTOS NO
BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade Damas da Instrução Cristã como
parte das exigências para a obtenção do título
de Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thales Castro

Recife, 20 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thales Castro

Prof.^a. M.^a Jeanete Viegas

Prof. M.e. Rodolfo Ramírez

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha mãe pelo suporte, por todos os anos de muito amor e preocupação com minha educação, sem ela nada seria possível.

RESUMO

O *soft power* é um conceito relativamente novo nas Relações Internacionais, mas está tomando lugar fixo nos discursos chineses nos últimos anos. Diferentemente do passado, a China atual se preocupa muito mais com a imagem que passa para o mundo e está usando do *soft power* como instrumento de ascensão, mas por representarem uma cultura bastante peculiar aos olhos ocidentais, essa expansão está gerando respostas positivas e negativas e apresenta alguns obstáculos. A China tem exercido o *soft power* em âmbito global, sendo notável sua expansão econômica nos últimos anos na América Latina e seus esforços para abraçar política e culturalmente essa região, principalmente com a elaboração de parcerias estratégicas entre os países, tendo o Brasil como parceiro econômico essencial. A China vem apresentando alternativas à gigante influência dos Estados Unidos de diversas formas, como a crescente propagação de sua cultura e língua em cidades brasileiras com o desenvolvimento de Institutos Confúcio por todo o mundo. Este trabalho pretende explicar mais a fundo o conceito de *soft power*, como ele surgiu na China, analisar suas dificuldades e fraquezas, o papel da mídia, como esta ascensão está impactando o Brasil no século XXI e discorrer sobre a relação dos dois países.

Palavras chave: *soft power*; Relações Internacionais; China; ascensão; cultura; Brasil; papel da mídia; século XXI.

ABSTRACT

Soft power is a relatively new concept in International Relations, but has been taking its place in Chinese discourses in recent years. Unlike in the past, current China is much more concerned with the image that passes to the world and is using soft power as an instrument of ascension, but because it represents a culture quite peculiar to the western eyes, this expansion is generating positive and negative responses and presents some obstacles. China has exercised its soft power in global countries, with notable economic expansion in recent years in Latin America and its efforts to embrace politically and culturally this region, especially with development of strategic partnerships between countries, with Brazil as an essential economic partner. China has been presenting alternatives to the giant influence of the United States in a variety of ways, such as a growing spread of its culture and language in Brazilian cities with the development of Confucius Institutes all over the world. This work pretends to explain the concept of soft power, how it has emerged in China, analyze its difficulties and weaknesses, the role of the media, how this rise impacts in Brazil in the 21st century and discuss the relationship of this two countries.

Keywords: soft power, International Relations, China, rise, culture, Brazil, role of the media, 21st century.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de salas de aula Confúcio, Institutos Confúcio e países que os hospedam no período de 2006 até 2015.....	39
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Intercâmbio Comercial Brasil-China (2000-maio/2017)	52
Tabela 2 - Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (2014)	53

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAUP - *American Association of University Professors*
- AIIB - *Asian Infrastructure Investment Bank*
- AMCT - Associação de Medicina Chinesa e Acupuntura Tradicional do Brasil
- BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China
- BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CBERS - Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres
- CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CNKI - *China National Knowledge Infrastructure*
- CNN - *Cable News Network*
- COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concertação
- CSNU - Conselho de Segurança da ONU
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FOCALAL - Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste
- G20 - Grupo dos 20
- IED - Investimento Estrangeiro Direto
- MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MinC - Ministério da Cultura do Brasil
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCC - Partido Comunista Chinês
- ROC - República da China
- RPC - República Popular da China
- SAPPRFT - *State Administration of Press, Publication, Radio, Film and Television*
- SIIS - *Shanghai Institute for International Studies*
- UNESCO - *United Nations Education, Science and Cultural Organization's*
- ZEEs - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O <i>SOFT POWER</i> E O CONTEXTO HISTÓRICO DO SEU DESENVOLVIMENTO NA CHINA.....	13
2.1 <i>Soft power</i>	13
2.2 Surgimento e desenvolvimento do <i>Soft Power</i> na China.....	16
3. ASCENSÃO DO <i>SOFT POWER</i> CHINÊS A PARTIR DO SÉC XXI E SUAS DIFICULDADES.....	27
3.1 Ofensiva Charmosa.....	29
3.2 Consenso de Pequim.....	30
3.3 Ascensão Pacífica.....	31
3.4 Diplomacia pública, a construção da imagem nacional e o papel da mídia.....	33
3.5 Poder cultural chinês.....	35
3.6 Institutos Confúcio.....	38
3.7 Limites do <i>soft power</i> chinês.....	41
3.8 <i>The Soft Power 30 Report</i>	43
4. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E OS IMPACTOS DO <i>SOFT POWER</i> CHINÊS NO BRASIL A PARTIR DE SÉCULO XXI.....	45
4.1 A aproximação política sino-brasileira a partir do século XXI.....	46
4.2 O Plano Decenal (2012) e Plano de Ação Conjunta (2015)	48
4.3 Parceria estratégica científico-tecnológica.....	50
4.4 Relações comerciais sino-brasileiras e investimentos a partir do século XXI.....	50
4.5 O Caso de Taiwan.....	54
4.6 Intercâmbio cultural entre Brasil e China a partir do século XXI.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6. REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

O *soft power* é um conceito relativamente novo nas Relações Internacionais, cunhado pelo cientista político Joseph Nye e mencionado pela primeira vez em 1990 em seu livro *Bound to Lead*. Ele explica que este é a habilidade de influenciar o comportamento de outros através do encanto ou atração e não por coerção, e que o conceito vem crescendo bastante como ferramenta de política externa dos Estados.

Onde podemos enxergar com maior clareza o *soft power* é através dos valores expressados pela cultura dos países. Quando um país possui ideologias facilmente relacionáveis e uma cultura atrativa, é mais provável obter outros que o sigam, como por exemplo os Estados Unidos, que como um ex-ministro francês examinou, os americanos são poderosos pois suas ideologias são inspiradoras, graças a imagem do sonho americano retratada em seus filmes e programas de televisão (NYE, 2004, p.8). Mas não somente da cultura se baseia o *soft power*, ele também é reconhecido em valores políticos e na política externa dos países.

Nos últimos anos, o conceito tem tomado lugar fixo nos discursos chineses, pois no mundo contemporâneo globalizado do século XXI, a China percebeu que fatores como estabilidade, cooperação, democratização e multilateralismo se tornam cada vez mais importantes enquanto forças militares caem gradativamente e com isso iniciou a chamada “ofensiva charmosa” para ampliar sua influência no mundo.

Esses movimentos chineses no sistema internacional e seu alto crescimento econômico têm sido retratados como um modelo de desenvolvimento de sucesso chamado “Consenso de Pequim”, um elemento chave para o *soft power* chinês.

Ao olhar da comunidade internacional, o rápido crescimento da China após a abertura econômica e suas ações militares na década de 1990 geraram uma certa tensão para com os outros países, mas diferentemente do passado, a China atual se preocupa muito mais com a imagem que passa para o mundo e usa do *soft power* como instrumento para acabar com os rumores de uma “ameaça chinesa” e se desenvolver por meio de uma ascensão pacífica.

O país vem apresentando alternativas a gigante influência dos Estado Unidos no quesito de *soft power*, como a crescente propagação de sua cultura e língua no mundo todo, mas por representarem uma cultura bastante peculiar aos olhos ocidentais, essa expansão está gerando respostas positivas e negativas e apresenta alguns obstáculos.

Com o surgimento de uma nova ordem mundial no século XXI, um parceiro essencial aos olhos da China é a América Latina, e por consequência, o Brasil, onde o país tem feito vários esforços para abraçar política e culturalmente essa região. Esforços esses, notáveis com o aprofundamento das relações bilaterais entre os países a partir do século XXI, fortalecido pelo estabelecimento de parcerias estratégicas focados na cooperação Sul-Sul. O resultado dessa parceria consegue ser notado com a criação de organismos como os BRICS, BASIC, o Plano Decenal, o Plano de Ação Conjunta, a criação e lançamento dos satélites CBERS e a importância econômica do intercâmbio comercial sino-brasileiros.

Dentro do que foi argumentado até aqui, planeja-se cumprir o objetivo geral de analisar a construção do Soft Power chinês e avaliar seus impactos no Brasil a partir do século XXI e os objetivos específicos de explicar o que é *soft power* e o contexto histórico do seu desenvolvimento na China, analisar a ascensão do *soft power* chinês a partir do século XXI e suas dificuldades e discorrer sobre a reaproximação política entre Brasil e China no século XXI e sobre os impactos do *soft power* chinês no Brasil a partir desse século.

A importância do trabalho se coloca devido a relevância da rápida emergência da China no cenário internacional no final do século XX e início do século XXI, mudando a ordem mundial e reestruturando as relações internacionais. A China busca mostrar que não deve ser vista como uma ameaça, pois seu desenvolvimento é guiado por instrumentos de *soft power* e de uma ascensão pacífica, que irá orientar a política externa e o desenvolvimento doméstico do país. Também se faz importante devido à pouca literatura existente sobre as consequências dessa ascensão no Brasil.

Dessa forma, a metodologia que melhor se aplica ao tema proposto está dentro de uma perspectiva qualitativa de pesquisa, feita através de uma vasta literatura sobre a construção do *soft power* chinês, a rápida ascensão da China no sistema internacional, a mudança da ordem mundial com a virada do século, os limites que o *soft power* chinês possui, as relações bilaterais sino-brasileiras, entre outros. Também foi utilizado para a construção desse trabalho, artigos que contemplam o tema, entrevistas e matérias de revistas e jornais especializados em política e economia, em fontes secundárias nacionais e internacionais. No que tange ao referencial teórico, o trabalho se baseia em uma perspectiva liberalista das Relações Internacionais que será abordado no primeiro capítulo.

2. O *SOFT POWER* E O CONTEXTO HISTÓRICO DO SEU DESENVOLVIMENTO NA CHINA

O *soft power* é um conceito relativamente novo nas Relações Internacionais, cunhado pelo cientista político Joseph Nye e mencionado pela primeira vez em 1990 em seu livro *Bound to Lead*, onde ele aponta os Estados Unidos como maior potência militar, econômica e em uma terceira dimensão, o *soft power*. O conceito não foi adequadamente interpretado por alguns leitores, o que levou Nye a destrinchar mais sobre o assunto em seu livro *The Paradox of American Power*, lançado em 2001. Com o objetivo de levar o termo para o âmbito da política internacional e desenvolvê-lo melhor, em 2004 Nye lança a obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics* e em 2011, também cunhou posteriormente o termo “*smart power*” em *The Future of Power*.

2.1 *Soft power*

Para se entender o que é o *soft power*, é preciso antes, entender o que é o poder. “Poder é a habilidade de influenciar o comportamento de outros para se ter o resultado que um deseja” (NYE, 2004, p.2, tradução livre)¹. Para isso, pode ser usado da coerção, indução por meio de pagamento ou até atração do outro para querer o que um quer.

Ao contrário do que muitos pensam, poder não está estritamente ligado a coerção e a um comando, pois sempre depende do contexto em que está inserido. Outro pensamento equivocado sobre o poder é relacioná-lo diretamente com a posse de recurso e habilidades, porém, a obtenção de recursos não significa necessariamente que se terá os resultados desejados, é preciso aliá-los a boas liderança e estratégias.

Começando pelo *hard power*, um conceito já conhecido, que consiste no exercício da força bruta para se ter o resultado desejado, geralmente mais facilmente identificado no poder militar e econômico. O *hard power* é uma força mais direta, com uso de incentivos ou ameaças, porém, é preciso saber que nem sempre esses truques ou recompensas são necessários.

O então chamado *soft power*, é descrito por Nye (2004, p.5), como a habilidade de transformar o que o outro deseja, naquilo que você deseja, é seduzir o outro a fazer sua vontade,

¹ Texto original: “[...] Power is the ability to influence the behavior of other to get the outcomes one wants.” (NYE, 2004, p.2)

ao invés de forçá-lo, é o poder da atração. O *soft power* traz a cultura, valores políticos e a política externa de um país como novas dimensões para as relações internacionais, estas não dependentes do *hard power*.

O *soft power* é um elemento básico da política democrática diária. Como a capacidade de estabelecer preferências costuma ser associada a ativos intangíveis como valores, cultura e instituições atraentes, se um governante representa esses pontos, liderar se torna mais fácil, pois as pessoas irão querer segui-lo (NYE, 2004, p.6).

Quando os países tornam seu poder legítimo aos olhos dos outros, encontram menos resistência aos seus desejos. Se a cultura e a ideologia de um país são atraentes, outros os seguirão mais facilmente. Se um país pode moldar as regras internacionais para que sejam consistentes com seus interesses e valores, suas ações provavelmente serão mais legítimas aos olhos dos outros. Se ele usa instituições e segue regras que encorajam outros países a canalizar ou limitar suas atividades da maneira que prefere, não precisará de tantos incentivos para seduzir (NYE, 2004, p. 10, tradução livre)².

Se um país faz bom uso de seus recursos de poder, visando o bem estar de seus cidadãos e uma boa relação com os outros países, isso irá acarretar em uma imagem positiva na sociedade internacional, fazendo com o que o país ganhe *soft power*.

Para Nye (2004, p.11), o *Soft power* de um país é basicamente a união de três fatores: cultura, valores políticos e sua política externa. Sendo cultura: as crenças, valores, símbolos e tradições que constroem as características de uma sociedade e orientam seu comportamento, podendo se manifestar em cultura popular, literatura, educação, arte entre outros. Como já abordado acima, quando um país possui uma cultura facilmente relacionável, as chances de outros se sentirem atraídos é mais alta e será feita com menos esforços.

Um bom exemplo são os Estados Unidos, que possuem uma cultura que ultrapassa barreiras territoriais e se faz presente em todos os países do mundo. “Claro que Coca-Cola e *Big Macs* não necessariamente fazem com que pessoas do mundo islâmico amem os Estados Unidos. [...] Mas em geral, pesquisas mostram que a cultura popular norte-americana fez com que os Estados Unidos parecesse para o mundo como um país “exótico, rico, poderoso, lançador de tendências, o pioneiro da modernidade e da inovação” (NYE, 2004, p. 12, tradução livre)³.

² Texto original: “When countries make their power legitimate in the eyes of others, they encounter less resistance to their wishes. If a country’s culture and ideology are attractive, others more willingly follow. If a country’s culture can shape international rules that are consistent with its interests and values, its actions will more likely appear legitimate in the eyes of others. If it uses institutions and follows rules that encourage other countries to channel or limit their activities in ways it prefers, it will not need as many costly carrots and sticks.” (NYE, 2004, p. 10)

³ Texto original: “Of course, Coke and Big Macs do not necessarily attract people in the Islamic world to love the United States. [...] But in general, polls shows that our popular culture has made the United States seem to others

Por outro lado, certos costumes de algumas culturas podem ser considerados estranhos para pessoas de outras sociedades, o que leva muitas vezes um país a não divulgar todos os aspectos de sua cultura ao mundo para evitar desconforto e aumentar seu *soft power*.

Políticas governamentais internas e externas também são consideradas por Nye como fontes de *soft power*, podendo reforçá-lo ou atrapalhá-lo. “Os valores que um governo defende no comportamento em casa, nas instituições internacionais e na política externa afetam fortemente as preferências dos outros” (NYE, 2004, p. 14, tradução livre)⁴.

Vale lembrar que se utilizar do *soft power* não significa deixar de lado o uso da força, mas sim deve-se achar o equilíbrio entre os dois. Segundo alguns analistas chineses, os dois poderes são mutuamente complementares um ao outro.

Com o chamado “*smart power*”, Nye mostra que a política externa de um país não pode conter apenas *soft power* e explica que o conceito reside em estratégias bem sucedidas que combinam *hard power* com *soft power* a depender de qual poder é mais efetivo em cada situação. Usando a China como exemplo, ele explica que o país tomou a decisão de aumentar seu *soft power* para seu *hard power* ser visto com menos ameaçador.

De acordo com o exposto acima, o *soft power* está próximo da teoria liberalista das Relações Internacionais, pois defende o não uso de guerra ou poder militar, mas sim de um pacifismo por meio de cooperação e diálogo, principalmente no atual mundo globalizado e interdependente, ao contrário do realismo.

O liberalismo de linha sociológica enfatiza a importância do pluralismo bem como o fortalecimento da diversidade de atores, da amplitude de relações não somente centradas no e para o Estado. [...] Além disso, o liberalismo sociológico traz as sementes da transnacionalização como fundamento da paz, do progresso e da estabilidade internacionais (CASTRO, 2012, p. 342).

O liberalismo também possui a linha institucionalista, que acredita que instituições multilaterais normatizam a conduta externa dos países; na boa-fé, transparência discursiva e ação democrática como prática aceita e possui necessidade de multilateralidade dos países

“exciting, exotic, rich, powerful, trend-setting – the cutting edge of modernity and innovation.” (NYE, 2004, p. 12)

⁴ Texto original: “The values a government champions in its behavior at home, in international institutions and foreign policy strongly affect the preferences of others.” (NYE, 2004, p. 14)

(CASTRO, 2012, p. 356). Nye (2004, p.10, tradução livre)⁵ ainda afirma que "as instituições podem melhorar o *soft power* de um país".

2.2 Surgimento e desenvolvimento do *Soft Power* na China

Apesar do conceito só se sobressair nas relações políticas na década de 90, os primeiros debates sobre *hard power* e *soft power* já foram identificados na história chinesa a partir do século VIII a.C. Ao lidar com relações externas, as antigas estratégias militares chinesas já enfatizavam o uso de manobras diplomáticas ao invés do confronto militar (DING, 2006, p.87).

No século VIII a.C., período conhecido como “Primavera e Outono Chinês”, aproximadamente 170 estados feudais insurgiram contra o poder central, travando batalhas uns contra os outros.

Em meio ao cenário de caos, surgem diversos pensadores com visões filosóficas distintas na tentativa de inspirar os reis da época e auxiliá-los, com o objetivo de unificar a China. Alguns seguiam a linha de pensamento que defendia uma governança mediante a “força armada e hegemonia”, e outra que acreditava na “cultura, moralidade e educação” como base (KE, 2016, p.21).

Um desses pensadores era Confúcio (nome latino do pensador Chinês Kung-Fu-Tse), um viajante que se preocupava com a harmonia social e preconizava a chamada “política de benevolência” onde tentava convencer os reis a adotar políticas humanitárias. Ele ressaltava os a importância de se governar pela virtude, qualidade essencial de um rei de Estado, e também os limites da legislação. O pensador não pregava nenhum tipo de apologia à religião, mas sim buscava a redenção do Estado mediante o comportamento correto de seus indivíduos.

Confúcio morreu sem atingir seus objetivos, pois nunca conseguiu encontrar um rei para aconselhar com seus preceitos, visto que a benevolência não se encaixava no cenário de guerra vivido pela China nessa época, e a promoção da educação e de atividades culturais eram considerados desperdícios de recursos (KE, 2016, p.21).

Entre o século V a.C até 221 a.C, se deu o chamado “Período dos Reinos Combatentes”, que ao contrário do período anterior, alguns estados feudais se uniram criando o que ficou conhecido como “Sete Estados Combatentes”. Nesse período, as escolas que defendiam a legislação e a força militar estavam ganhando maior notoriedade dos reis, devido ao

⁵ Texto original: “Institutions can enhance a country’s soft power” (2004, p.10, tradução livre).

crescimento das forças armadas, em contrapartida ao uso da benevolência e virtude, que eram vistos como fracos.

Quando a China foi reunificada no período da Dinastia Han (206 a.C até 220 d.C), o pensamento confucionista foi adotado como filosofia oficial do Estado. Nessa época, as prioridades do Estado eram a construção de uma ideologia unificada, incentivar a solidariedade nacional, estabilidade e desenvolvimento interno do país com foco na cultura e educação.

A doutrina confucionista perdurou na China até o início do século XX com milhões de adeptos. Esta sabedoria antiga influenciou a formação social e política do país, sendo “o *soft power* mais profundo do país”, como já citou o atual presidente chinês Xi Jinping.

No período da Dinastia Tang (618 d.C. – 907 d.C.), a China exercia grande influência cultural em muitos países asiáticos da região, porém após uma política fechada e mais restrita da Dinastia Ming (1368 d.C. – 1644 d.C), o desenvolvimento econômico do país declinou por conta do atraso tecnológico e político.

A dinastia imperial entrou em colapso em 1911, e a fundação de uma república chinesa com Sun Yat-sen, em 1912, deixou a China com um governo central enfraquecido. Um governo central mais forte emergiu com Chiang Kai-shek, em 1928, e procurou tornar a China capaz de assumir um lugar no conceito westfaliano de ordem mundial e no sistema econômico global (KISSINGER, 2014, p. 153-154). Nessa época, o Japão começou a brigar pela hegemonia da Ásia, mas já havia iniciado sua modernização há meio século atrás, o que não permitiu a consolidação do governo nacionalista chinês.

Mesmo sendo uma das potências ganhadoras da Segunda Guerra Mundial em 1945, a China estava devastada devido a guerra civil e revoluções internas. A 1º de outubro de 1949, em Pequim, Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China com as palavras “O povo chinês se pôs de pé”. Mao elaborou esse slogan ao descrever uma China que se purificava e se fortalecia por meio de uma doutrina de “revolução contínua” e se pôs a dismantelar os conceitos estabelecidos de ordem doméstica e internacional (KISSINGER, 2014, p.154).

Através do Partido Comunista Chinês (PCC), Mao Tsé-Tung proclamou o fim da cultura tradicional chinesa de Confúcio, que dava grande importância a harmonia social. A exemplo do fundador da mais poderosa dinastia chinesa (221-207 a.C.), o imperador Qin Shi Huang, Mao procurava unificar a China enquanto lutava para destruir a antiga cultura que considerava culpada pela fraqueza e humilhação do país (KISSINGER, 2014, p. 155).

Mao tinha o objetivo de acelerar o processo de industrialização do país com um plano de governo conhecido como “O Grande Salto Adiante”, lançado em 1958. Nesse contexto, o governo tomou controle da agricultura, proibiu tradições feudais, restringiu as viagens dentro da China e tentou criar uma política econômica comunitária no país. (KURLANTZICK, 2007, p.13).

Na década de 1960, o fracasso do plano inicia um período de grande fome na China e danifica a imagem de Mao, que responde iniciando a Revolução Cultural em 1966, que tinha os objetivos de reorganizar as políticas do PCC, levar a revolução a juventude do país e tornar os sistemas educacional, cultural e de saúde menos elitistas. Mao utilizou de forças paramilitares, os Guardas Vermelhos para derrotar seus inimigos (KURLANTZICK, 2007, p.13).

Em 1969, a União Soviética parecia prestes a atacar a China a ponto de levar Mao a dispersar seus ministros pelas províncias. Mao reagiu a essa crise com uma mudança de direção tipicamente inesperada. Ele pôs fim aos aspectos mais anárquicos da revolução cultural, recorrendo às forças armadas para frear a ação dos Guardas Vermelhos (KISSINGER, 2014, p. 156).

Ao redor do mundo, Mao envolveu a China na luta contra o imperialismo e o colonialismo na África, oferecendo-a apoio financeiro, diplomático e transferência de armas e treinamentos. Além do caráter ideológico, esse suporte tinha cunho político, visto que a China esperava o suporte da África no sistema internacional para alcançar seus objetivos.

Nesse contexto, a China realizava suas primeiras tentativas de construção de *soft power* ao tentar estabelecer relações com os países em desenvolvimento, expandindo assim sua diplomacia, visto que Estados Unidos e China haviam rompido suas relações diplomáticas após a vitória dos comunistas em 1949 e sua entrada na Guerra da Coreia em 1950, o que deixou o país alheio das principais articulações diplomáticas e pouco visível ao resto do mundo.

Com relativa rapidez, Estados Unidos e China retomaram suas relações diplomáticas - em 1969, as conversações foram reiniciadas; em 1971, a República Popular da China (RPC) passou a fazer parte da ONU no lugar de Taiwan; em 1972, Nixon visitou a China e foi lançado o comunicado de Xangai, seguido por outro mais complexo em 1973, finalizado, em 1979, houve o reconhecimento da RPC e desde então os Estados Unidos perseguem a 'política de uma só China' (apesar de não deixarem de apoiar Taiwan, é com a China, com a Grande China, que se desenvolveram as relações diplomáticas formais) (PECEQUILO, 2005, p.196).

Além de tentar exportar a revolução comunista, a má administração econômica de Mao Tsé-tung no país, fez com que a China não fosse um modelo que outros países gostariam de seguir. Com sua morte em 1976, se encerra a Revolução Cultural e o Partido Comunista Chinês, agora liderado por Deng Xiaoping, deu início ao processo de abertura econômica chinês conhecido como as "Quatro Modernizações"⁶, que visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a chamada "Política das Portas Abertas", que se baseava em promover vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para a China (AMARAL, 2011, p.7).

Na década de 1980, Deng criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) para atrair empresas estrangeiras, oferecendo concessões fiscais, permitindo assim a entrada controlada de capital estrangeiro, e conseqüentemente, o desenvolvimento da indústria nacional, o que acelerou o desenvolvimento econômico chinês.

No governo de Deng Xiaoping, a política externa chinesa se baseava no conceito do *soft power* e nos cinco princípios da coexistência pacífica que o primeiro-ministro Zhou EnLai cunhou pouco depois da formação da República Popular da China em 1949, sendo eles (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (CUNHA, 2008, p.9).

Deng buscava o que definia como “socialismo com características chinesas” e em um período menor do que o de uma geração, a China avançou a ponto de se tornar a segunda maior economia do mundo. O país ingressou nas instituições internacionais e aceitou as regras estabelecidas da ordem mundial (KISSINGER, 2014, p. 156).

Essa nova estratégia chinesa gerou um aumento de interação da população chinesa com outros países. Um fluxo grande de emigrações tomou conta do país, com famílias buscando melhores oportunidades fora e muitos estudantes buscando faculdade em outros países, resultado da entrada de culturas e tecnologias estrangeiras. Esse intenso intercâmbio comercial e cultural com o mundo, onde chineses exportaram suas tradições, culinária, língua, etc., aumentou significamente o *soft power* do país.

⁶ A idéia das "Quatro Modernizações" foi lançada por Zhou Enlai em 1964, durante o Third National People's Congress, e após a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976, foi retomada por Deng Xiaoping (AMARAL, 2011, p.17)

Na década de 1980, muitos acadêmicos e estudantes chineses idolatravam o sistema político dos EUA e sintonizavam a Voz da América para suas notícias. A abertura econômica da China pareceu sinalizar a criação de uma classe intelectual cosmopolita e inquisidora comprometida com a eventual democratização do país (KURLANTZICK, 2007, p.18). Para Deng, no entanto, a China poderia buscar uma reforma econômica gradual sem precisar abandonar a ditadura.

Em 4 de junho de 1989, protestos contra o regime de Pequim resultaram em manifestações na praça *Tiananmen*, praça central em Pequim, com jovens manifestantes lutando pelo seu desejo por democracia. Deng respondeu enviando tropas que dispararam armas contra a multidão, matando uma média de duas mil pessoas.

Após a repressão em *Tiananmen*, as memórias do evento foram enterradas sob uma avalanche do nacionalismo e do pragmatismo crescente pela população chinesa, que pareceu essencialmente aceitar seu governo autoritário, pelo menos por enquanto. Pequim estreitou o controles sobre a sociedade, alternativamente intimidando e cooperando com as elites para mantê-las na linha, e forçando dissidentes ao exílio. (KURLANTZICK, 2007, p.19). Após a repressão, a admiração acadêmicos e estudantes chineses pelos Estados Unidos desapareceu.

Os anos 1990 definiram o fim da União Soviética e da Guerra Fria, caracterizando uma mudança no sistema internacional, que passou de bipolar com as ideologias capitalistas versus comunistas para unipolar, monopolizado pelos Estados Unidos e seus ideais. Nessa época, o *soft power* chinês se tornou um componente chave da política externa do país, visto que a necessidade do país de um reconhecimento positivo como ator internacional tornou-se particularmente aguda após o incidente de *Tiananmen* (LI, 2009, p. 68).

Com a emergência da China, Pequim se tornou mais ativa no sistema internacional, usufruindo de várias formas de prestígio ocidental no século XX e XXI como: recepção das Olimpíadas, discursos de seus presidentes na Organização das Nações Unidas (ONU), visitas de chefes de estado e de governo de países importantes por todo o mundo.

No início da década, o *soft power* começou a ganhar espaço nos círculos intelectuais chineses, mas ainda não fazia parte da política externa do país. Em poucas vezes que foi mencionado, o conceito era mais usado para assuntos domésticos de reformas institucionais em prol da modernização do país. Não obstante, o país apresentou uma política externa em sentido oposto ao *hard power*.

Em 1992, *Bound to Lead* de Nye foi traduzido para mandarim e publicado pela *China's Military Translation Press*. Em 1993, o político e professor da Universidade Fudan, Wang Huning, inspirado pelo estudo de Nye, escreve o primeiro artigo que aborda claramente a questão do *soft power* na China, identificando a cultura como principal fonte deste poder. Para Huning, "se um país tem uma cultura e um sistema ideológico admiráveis, outros países tendem a segui-lo [...] Este então não precisa usar seu *hard power*, que é caro e menos eficiente" (HUNING, 1993, p. 91, tradução livre).⁷

Em 1997, o professor Pang Zhongying, da universidade Nakai, publicou o artigo *Soft power in international relations and other issues*, onde o *soft power* é discutido detalhadamente. Mas apenas durante os anos 2000 que as discussões sobre o tema de Nye e chamaram a atenção dos políticos locais, formulando um *soft power* com características chinesas.

Ao olhar da comunidade internacional, o rápido crescimento da China após a abertura econômica e suas ações militares na década de 1990 geraram uma certa tensão para com os outros países, principalmente em seus vizinhos, mas o país promete que se trata de um processo de desenvolvimento e modernização de forma pacífica e harmoniosa, sem ambições hegemônicas. Em um discurso de 2004, o primeiro-ministro Wen Jiabao explicou que a ascensão da China "não virá a custo de qualquer outro país, não vai ficar no caminho de qualquer outro país, nem representar uma ameaça para qualquer outro país" (KURLANTZICK, 2007, p.38, tradução livre).⁸

Por volta dos anos 1990, a China tentou usar do *hard power* para intimidar países da Ásia, que condenaram os movimentos agressivos e estreitaram relações com os Estados Unidos, resultando no objetivo contrário ao da China. O país então percebeu que por meios agressivos, os países tinham se virado contra ela. Após isso, Pequim ofereceu assistência durante a crise financeira da Ásia, que embora não muito generosos, mostrou um gesto solidariedade às dificuldades econômicas dos países vizinhos, fazendo com que a China ganhasse aliados. Por conta disso, o país reduz seu *hard power* e se concentra na construção do seu *soft power*.

Segundo Nye, se um país apresenta grande crescimento de *hard power*, os países vizinhos se sentem ameaçados, prejudicando o desenvolvimento de todos os envolvidos.

⁷ Texto original: "If a country has an admirable culture and ideological system, other countries will tend to follow it [...] It does not have to use its hard power which is expensive and less eficiente." (HUNING, 1993, p. 91)

⁸ Texto original: "Will not come at the cost of any other country, will not stand in the way of any other country, nor pose a threat to any other country." (KURLANTZICK, 2007, p.38)

Porém, se esse crescimento vem aliado da promoção do *soft power*, as tensões são diminuídas resultando num ambiente harmonioso e propenso ao desenvolvimento para todas as partes.

O tema ganha mais visibilidade quando o governo Chinês apresenta uma resposta aos rumores sobre a “ameaça chinesa”, que levaria ao fim da estabilidade mundial, com uma estratégia diplomática de “ascensão pacífica”.⁹

A construção do *soft power* no processo de ascensão pacífica da China contribui para consciência nacional sobre a própria cultura e também para a imagem internacional do país. Com sua grande população e diversidade étnica e enorme entrada de cultura ocidental após a abertura econômica, a promoção da cultura, valores e da ideologia tradicionais é visto como estabilizador social e unificador da nação. No que se refere a sua imagem, a China tem sido alvo de discussões negativas referentes às questões de direitos humanos e ambientais, disputas por território, mecanismos de censura, etc., e acredita-se que a divulgação do *soft power* chinês pode aliviar essas tensões.

O governo chinês quer promover essa ascensão por meio de cooperação, acordos bilaterais e multilaterais, para que esse desenvolvimento impulse o crescimento regional e então mundial, sendo garantidor da paz no ambiente internacional. Porém, devido acontecimentos do final do século como a guerra da OTAN contra a Iugoslávia¹⁰ e o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado¹¹, o país não estava em posição favorável para iniciar uma retórica forte de sua política externa por vias de *soft power*.

Com a virada do século, as relações Sino-Americanas passaram por um momento de fraqueza, mas logo foram reerguidas em uma agenda global mais abrangente, colocando a

⁹ O termo "ascensão pacífica" foi inicialmente apresentado por Zheng Bijian, o Presidente do Fórum de Reforma da China. (KURLANTZICK, 2007, p.37)

¹⁰ [...] Uma operação militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a República Federal da Iugoslávia durante a Guerra do Kosovo. De acordo com a OTAN, a operação buscava deter os abusos de direitos humanos no Kosovo, e foi a primeira vez que a organização usou a força militar sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os ataques aéreos duraram de 24 de março de 1999 a 10 de junho de 1999. [...] A operação, com o apoio direto do governo dos Estados Unidos da América sob a administração de Bill Clinton, ficou caracterizada principalmente pelos bombardeios aéreos da OTAN às cidades de Belgrado e Novi Sad, que acarretaram a morte de centenas de civis inocentes, a mais de 300 km da zona de conflito, além da destruição da infraestrutura civil e militar da região. De um ponto de vista militar, de acordo com a OTAN, a operação foi um sucesso, cumprindo seus objetivos e trazendo um fim ao conflito que assolava a região há quase uma década. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Interven%C3%A7%C3%A3o_militar_na_Iugosl%C3%A1via_em_1999>. Acesso em: 28 mai. 2017.

¹¹ Em meio a operação contra a Iugoslávia, OTAN atingiu por engano a Embaixada da China em Belgrado, matando três cidadãos chineses e deixando 20 feridos. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Interven%C3%A7%C3%A3o_militar_na_Iugosl%C3%A1via_em_1999>. Acesso em: 28 mai. 2017.

China no centro da política mundial. Países da Ásia, África e América Latina têm cortado cada vez mais até seus laços informais com Taiwan, que Pequim afirma ser uma província da China (KURLANTZICK, 2007, p.10).

Esta ascensão coincide com um declínio acentuado do *soft power* dos estados Unidos. Embora uma vez que parecia que todo mundo sonhava em ser americano, desde anticomunistas da Europa Oriental até os liberais na própria China, hoje esse sonho pode estar morrendo (KURLANTZICK, 2007, p.10). Especialmente após a Guerra do Iraque em 2003 e de outros temas polêmicos como a luta contra o terrorismo, estudiosos chineses se viram mais abertos ao tema “*soft power*” e desde 2004, comentaram que o *soft power* americano estava em declínio, o que alguns viam como uma oportunidade para a China se destacar.

Em janeiro de 2006, o então presidente da China, Hu Jintao se posicionou em um encontro da *Central Foreign Affairs Leadership Group*, destacando que "O aumento do status e influência internacional de nossa nação terá que ser demonstrado no *hard power*, como economia, ciência e tecnologia, e defesa, bem como no *soft power*, como a cultura (Tradução livre).”¹²

Em 2007, Hu Jintao usou o termo *soft power* pela primeira vez em um documento oficial da China, durante o 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), na passagem em que disse: “Na era atual, a cultura se tornou uma fonte cada vez mais importante de coesão nacional e criatividade e um fator de crescente importância na competição sobre força nacional, e o povo chinês tem um desejo cada vez mais ardente de uma vida cultural mais rica. Devemos manter a orientação da cultura socialista avançada, criar um novo impulso no desenvolvimento cultural socialista, estimular a criatividade cultural de toda a nação e realçar a cultura como parte do *soft power* do nosso país para garantir melhor os direitos culturais básicos do povo e interesses, enriquecer a vida cultural na sociedade chinesa e inspirar o entusiasmo das pessoas para o progresso (Tradução livre).”¹³

¹² Texto original: “The increase in our nation’s international status and influence will have to be demonstrated in hard power such as the economy, science and technology, and defence, as well as in soft power such as culture.”(MENG, 2012, p.20)

¹³ Texto original: “In the present era, culture has become a more and more important source of national cohesion and creativity and a factor of growing significance in the competition in overall national strength, and the Chinese people have an increasingly ardent desire for a richer cultural life. We must keep to the orientation of advanced socialist culture, bring about a new upsurge in socialist cultural development, stimulate the cultural creativity of the whole nation, and enhance culture as part of the soft power of our country to better guarantee the people’s basic cultural rights and interests, enrich the cultural life in Chinese society and inspire the enthusiasm of the people for progress.” (JINTAO, 2007)

A presença do termo em um relatório oficial enfatizou ainda mais a importância do tema para a nova fase de desenvolvimento da China, esta que reconhece a cultura como um dos forte indicadores de poder nacional em um país que estava migrando da condição de poder emergente para poder global.

Várias organizações e institutos de pesquisa chineses contribuíram para a crescente popularidade do *soft power* no país organizando conferências sobre o tema, como por exemplo a *China Foreign Languages Bureau* e a *International Public Relations Research Center at Fudan University*. Ao mesmo tempo, estudos foram desenvolvidos pelo *China Institute on Contemporary International Relations* e pelo *Institute of Strategic Studies of the Central Party School*.

Ao buscar o termo “*soft power*” no banco de dados do *China National Knowledge Infrastructure* (CNKI) que abrange jornais e revistas, no período de apenas 2005 a 2007, encontraram-se o termo em 416 títulos, mostrando o crescente interesse dos chineses sobre o tema.

Nesse contexto, surgiram duas principais escolas de pensamento que tem o *soft power* como objeto de discussão. A primeira escola, guiada pelos principais sociólogos e filósofos chineses diz que a cultura é o núcleo do *soft power*. A segunda escola, que representa a minoria, não nega a importância da cultura, mas está mais focada em como os recursos de *soft power* são usados e é guiada por especialistas em relações internacionais.

Yu Xintian, diretora do comitê acadêmico da *Shanghai Institute for International Studies* (SIIS), argumenta que a cultura e os valores, são o núcleo do *soft power*. Para ela o *soft power* é o reflexo da influência cultural de uma nação nas suas relações externas, mas não é um conceito puramente cultural, e sim um fenômeno único nas Relações Internacionais contemporâneas (MUNK-PETERSEN, 2003, p.49).

Yu Keping, conhecido analista político e diretor do Centro de Inovações do Governo chinês na Universidade de Pequim, e considerado um assessor próximo do presidente Hu Jintao (2002-2012), argumenta que a educação, a condição psicológica e física das pessoas, o avanço tecnológico, a superioridade da cultura nacional, os recursos humanos e a estratégia, a coesão social e a unidade, e a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico, fazem parte do *soft power*. Wu Zhong resume o *soft power* em cinco pontos: poder de atração cultural, poder influente do pensamento e ideias (valores), poder influente das políticas (incluindo doméstico e estrangeiro), força restritiva do quadro institucional e controle do poder das corporações transnacionais. Ele acrescenta que, uma vez que a cultura incorpora um reflexo concentrado de valores e determina em grande parte o *soft power*,

também é um dos componentes mais importantes (MUNK-PETERSEN, 2003, p.49, tradução livre).¹⁴

A história antiga da China e a cultura tradicional são vistas pela maioria dos estudiosos como uma valiosa fonte de *soft power* para atrair os vizinhos da Ásia Oriental, com quem a China compartilha de sua herança confucionista, e também toda a comunidade internacional. Li Jie, ex-vice-diretor do Departamento de Planejamento de Políticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, diz que a cultura chinesa de cinco mil anos é um recurso único e que a cultura tradicional chinesa, centrada em "harmonia" e "unidade" constituem o *soft power* do país.

Vários escritores chineses, especialmente os políticos, como Meng Hong Hua e o Presidente Hu, também dão ênfase na cultura tradicional chinesa encontrada no confucionismo e em muitas outras escolas de pensamentos.

A partir do exposto, nota-se que nos últimos anos o *soft power* tornou-se um dos termos mais usados entre os líderes políticos, acadêmicos e jornalistas do país. No cenário internacional o *soft power* chinês também se destacou, com os Jogos Olímpicos e até em meio à crise financeira em 2008, é possível notar uma política externa cautelosa e realista, que busca cada vez mais o uso do *soft power*.

Alguns analistas chineses afirmam que o *soft power* da China ainda é fraco, principalmente em comparação ao *hard power* do país, enquanto outros apresentam uma opinião mais otimista, onde mostram a China como forte na competição internacional devido a suas abundantes fontes de *soft power* como cultura, filosofia, etc.

Os discursos internacionais, por sua vez, têm se concentrado principalmente nas possíveis implicações do *soft power* da China para o sistema internacional e mais particularmente para os Estados Unidos. Enquanto alguns analistas não apresentam

¹⁴ Texto original: “Yu Keping, a well-known political analyst and Director of the Center for Chinese Government Innovations at Beijing University as well as considered a close advisor for the previous President Hu Jintao (2002-2012), argues that education, the psychological and physical condition of the people, technological advancement, superiority of national culture, human resources and strategy, social cohesion and unity, and the sustainability of socio-economic development, are all part of soft power.215 Wu Zhong summarises soft power in five points: cultural attraction power, influential power of thought and ideas (values), influential power of policies (including domestic and foreign), constraining power of institutional framework and controlling power of transnational corporations. He adds that since culture embodies a concentrated reflection of values and largely determines the level of soft power, it also is one of the most important components.” (MUNK-PETERSEN, 2003, p.49)

preocupações quanto à ascensão do *soft power* chinês, outros como Kurlantzick afirmam que o poder suave da China "está transformando o mundo".

As discussões sobre *soft power* realmente decolaram na China em meados dos anos 2000. À medida que a questão ultrapassava as explorações acadêmicas da teoria de Nye e os teóricos chineses expandiram-se sobre o quadro conceitual original de Nye para formular "*soft power* com características chinesas [...]" (GLASER, MURPHY, 2009, p.12, tradução livre).¹⁵

Estudiosos chineses acreditam que a razão para o *soft power* ter sido tão bem aceito na China é explicado pelo fato do conceito ser muito semelhante ao Confucionismo. Outra explicação é por que o termo chegou aos ouvidos chineses na hora certa, mas independente do motivo, a certeza é que o *soft power* cresce cada vez mais, enquanto o *hard power* diminui.

Na China, surgiram duas principais escolas de pensamento com discurso sobre o *soft power*, a visão dominante, difundida pelos principais sociólogos e filósofos do país, que expressa que "o núcleo do *soft power* é a cultura" e a visão minoritária, exposta por alguns especialistas em relações internacionais, que não nega a importância da cultura, mas ressalta mais como os recursos de *soft power* são usados, concluindo que o poder político que é o núcleo do *soft power*. A visão majoritária foi a adotada pela liderança da China.

Yu Xintian, do *Shanghai Institute of International Studies* (SIIS) acredita que quanto mais a ideologia de um país for influente, mais pessoas a aceitarão e maior a possibilidade de construir o *soft power* do país (XINTIAN, 2008). Para grande parte dos estudiosos, a cultura tradicional da China é uma fonte valiosa de *soft power* que atrai tantos os países vizinhos que compartilham das raízes confucionistas como o restante do mundo.

¹⁵ Texto original: "Discussions about soft power really took off in China in the mid-2000s. As the issue moved beyond academic explorations of Nye's theory and Chinese theorists expanded upon Nye's original conceptual framework to formulate "soft power with Chinese characteristics[...]" (GLASER, MURPHY, 2009, p.12).

3. ASCENSÃO DO *SOFT POWER* CHINÊS A PARTIR DO SÉCULO XXI E SUAS DIFICULDADES

A entrada dos anos 2000 foi pautada pela emergência de países em desenvolvimento como a China, conseqüentemente remodelando a ordem mundial. A crescente globalização trazida pelo novo século, permitiu que a cultura, os valores e as normas fossem mais amplamente compartilhados para além das fronteiras dos países mais do que nunca, embora nem todas as partes do mundo estejam igualmente ligadas.

Se aceitarmos que o atual ambiente rico em informações pode ajudar a amplificar os esforços do *soft power*, também devemos aceitar que ele traz, a longo prazo, maior transparência e análise. [...] Democracias como os Estados Unidos estão lidando com essas questões há muito tempo. Para a China, traz uma série de desafios. (KALATHIL, 2011, p.1, tradução livre)¹⁶

A partir dos anos 2000 a China se engajou em diversas iniciativas de *soft power*, muitas delas visando não só o mundo em desenvolvimento, mas também o Ocidente. A sabedoria tradicional tem investido no crescimento chinês na área não militar, onde o país tem se destacado através da implantação estratégica de recursos culturais, econômicos e de mídia, ampliando esses esforços no espaço global de informações em rede (KALATHIL, 2011, p.1).

Essa nova estratégia global, menos baseada em ferramentas tradicionais de projeção de poder, denominada de “ofensiva charmosa”, tem o objetivo de criar condições para conquistar o desejo chinês de estabilidade e paz com todos os países, especialmente com seus vizinhos. Eventualmente, estudiosos e autoridades chinesas usaram o termo *heping jueqi* ou Ascensão Pacífica, desenvolvido inicialmente por Zheng Bijian, um influente conselheiro da liderança chinesa.

O crescente *hard power* – econômico, tecnológico e militar - do país gerou, inevitavelmente, controvérsias no sistema internacional, principalmente porque durante os anos de 1990 Pequim usou de força militar para intimidar países da Ásia em movimentos como envio de navios para territórios disputados no Mar Meridional ao sul da China e pedindo que os países abandonassem suas alianças, especialmente com os Estados Unidos. Em resposta à China, os países estreitaram suas relações com os Estados Unidos, exatamente o que o país não queria.

¹⁶ Texto original: “If we accept that the current information-rich environment can help amplify soft power efforts, we must also accept that it brings, over the long term, added transparency and scrutiny.” (KALATHIL, 2011, p.1)

Após isso, Pequim reconheceu que errou e ofereceu assistência durante a crise financeira da Ásia, que embora não muito generosa, mostrou um gesto de solidariedade às dificuldades econômicas dos países vizinhos, fazendo com que a China ganhasse aliados. Em vista disso, o país reduziu seu *hard power* e se concentrou na construção do seu *soft power* e passaram a dar mais atenção a questões como cultura, instituições, coesão nacional, valores, etc.

Segundo vários estudiosos chineses, desenvolver o *soft power* do país se tornou um objetivo urgente. Líderes políticos resolveram então que o desenvolvimento da China seria de forma pacífica, tentando construir a imagem de um país benevolente no sistema internacional, visando apagar a ideia de “ameaça chinesa” que os atos militares dos anos de 1990 fizeram e ajudar a criar um ambiente favorável no sistema internacional para seu desenvolvimento.

O que se discutiu entre os intelectuais chineses é que o *soft power* chinês tem progredido muito, mas ainda está atrás de seu próprio *hard power* e do *soft power* de outras potências como os Estados Unidos. Alguns estudiosos arriscam dizer que o ponto que mais separa a China de países desenvolvidos é o *soft power*, devido a pontos como *drawback* chinês em instituições domésticas, baixo nível de educação, imagem danificada nacionalmente, declínio da coesão social. Outros acreditam que o *soft power* do país é fraco por conta da China não possuir muitos nomes fortes no mercado e por não exportar sua cultura suficientemente, pois mesmo sendo sede de muitas fábricas do mundo, o produto exportado não representa a China ou sua cultura.

Em um fórum sobre construção nacional do *soft power* e desenvolvimento das relações públicas da China realizado na *Fudan University International Public Relations Research Center* em 2007, Wang Guoqing, vice-diretor do *State Council Information Office*, ilustrou em seu discurso que a China ganhou muito *soft power* nos últimos anos, como evidenciado pela atenção internacional dada ao desenvolvimento da China, a atração internacional do modelo de desenvolvimento da China, a capacidade de moldar o curso dos assuntos internacionais na diplomacia da China e a afinidade emanada pela cultura chinesa (LI, 2009, p.29). Em discussão final, o fórum concluiu que o *soft power* é fraco devido à pouca participação na mídia internacional e como exposto anteriormente, pouca exportação cultural.

Estudiosos locais notaram como o tema está sendo pauta constante de potências mundiais como Estados Unidos, Japão, Europa, etc, e se preocupam que a ideologia ocidental se torne hegemônica e seja absorvida pelos chineses, ocasionando um enfraquecimento da tradição do país e de sua identidade.

No mundo contemporâneo globalizado do século XXI, a China percebeu que fatores como estabilidade, cooperação, democratização e multilateralismo se tornam cada vez mais importantes enquanto forças militares caem gradativamente. “Sucesso depende não apenas de qual exército ganha, mas também da história de quem ganha” (NYE, 2005, tradução livre)¹⁷.

Joshua Kurlantzick, autor do livro *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*, acredita que ao se afastar das organizações multilaterais, a China fez com que os outros países sentissem medo dela, devido à falta de interação de seus líderes com líderes chineses. Com as organizações multilaterais, Kurlantzick acredita que líderes de outros países irão interagir mais com líderes chineses, mostrando que o país consegue cooperar, obedecer as regras internacionais, conseqüentemente ajudando no desenvolvimento por vias pacíficas do país.

Após do 11 de setembro, a China se mostrou para o mundo como guardião dos países em desenvolvimento. Em 2004 Hu Jintao disse que a China estaria sempre ao lado desses países e em 2005 os líderes do Brasil, Índia, África do Sul e México se reuniram com os chineses com o objetivo de desenvolver projetos de cooperação internacional. Um líder chinês ainda mencionou que países da América Latina e a China eram parecidos, pois possuíam o mesmo histórico imperialista e buscavam objetivos similares. Além disso, China também se aproximou da Ásia, mostrando ainda mais seu interesse em representar os países em desenvolvimento.

Outra estratégia chinesa é buscar bom relacionamento com países que estão hesitando relações bilaterais com grandes potências como os Estados Unidos. Um exemplo disso foi o estreitamento dos laços comerciais com a Venezuela após seu líder apoiar Pequim em discussão contra Washington. Hugo Chávez, o então presidente da Venezuela chamou esse movimento político contra a hegemonia americana de “*Great Wall*”. A China repetiu a mesma estratégia posteriormente com a Bolívia, Uzbequistão, Sudão, Equador, Coreia do Sul, Filipinas, Irã, entre outros.

3.1 Ofensiva charmosa

Com o século XXI, a China iniciou sua “ofensiva charmosa”, medidas que o país têm tomado para exercer mais influência cultural no sistema internacional. Estava mais envolvida no sistema internacional, cortejando países amigos, usando sua popularidade para obter o que

¹⁷ Texto original: “Success depends not only on whose army wins, but also on whose story wins.” (NYE, 2005)

queria, estava firmando parcerias estratégicas. O país se tornou uma presença global, apoiando a manutenção da paz, se unindo a instituições multilaterais, impulsionando o crescimento econômico na América Latina e África, lutando contra o tráfico de drogas e humanos e já começou a mediar os conflitos de outras nações (KURLANTZICK, 2007, prefácio).

Um importante aspecto que não deve ser esquecido quando se fala do sucesso da ofensiva charmosa é o aumento no número de estudantes estrangeiros registrados na China, que triplicou de 36 mil no século XX para 110 mil com o século XXI, o número de turistas que cresce uma média de 17 milhões por ano e o estabelecimento de Institutos Confúcio por todo o mundo para ensinar a língua e cultura chinesas (NYE, 2008).

Com os Jogos Olímpicos de 2008 a China também aumentou seu *soft power*, pois a realização bem sucedida dos jogos ajudou o país a aumentar seu prestígio e atração na comunidade internacional. “[...] Enquanto a Voz da América estava cortando suas transmissões chinesas de 19 a 14 horas por dia, a *China Radio International* estava aumentando suas transmissões em inglês para 24 horas por dia” (NYE, 2008, tradução livre).¹⁸

Essas novas medidas demonstram não apenas o desejo das autoridades chinesas de que mais pessoas aprendam a falar chinês e apreciem a cultura chinesa, mas que a cultura chinesa apoia positivamente o engajamento global expandido do país (MOORE, SCHACHE, 2013, p.41).

3.2 Consenso de Pequim

A China está marcando um caminho para outras nações ao redor do mundo que estão tentando descobrir não apenas como desenvolver seus países, mas também como se enquadrar na ordem internacional de uma maneira que lhes permita ser verdadeiramente independente, para proteger sua maneira de vida e escolhas políticas em um mundo com um único centro de gravidade massivamente poderoso. Eu chamo esta nova física de poder e desenvolvimento o Consenso de Pequim (RAMO, 2004, p.3-4, tradução livre).¹⁹

¹⁸ Texto original: “[...]while the Voice of America was cutting its Chinese broadcasts, China Radio International was increasing its broadcasts in English to 24 hours a day.” (NYE, 2008)

¹⁹ Texto original: “China is marking a path for other nations around the world who are trying to figure out not simply how to develop their countries, but also how to fit into the international order in a way that allows them to be truly independent, to protect their way of life and political choices in a world with a single massively powerful centre of gravity. I call this new physics of power and development the Beijing Consensus.” (RAMO, 2004, p.3-4)

Esses movimentos chineses no sistema internacional e seu alto crescimento econômico têm sido retratados como um “modelo de desenvolvimento chinês” de sucesso social e econômico a ser seguido, também conhecido por “Consenso de Pequim”, elemento chave do *soft power* chinês. No começo do século XXI, líderes chineses ainda não explicitavam suas políticas domésticas e internacionais como um modelo que outros países deveriam seguir, mas ao longo dos anos 2000 isso mudou, estudiosos chineses começaram a promover o modelo em discursos e em escritos e Pequim estimulou diplomatas e políticos a conhecerem como as instituições chinesas funcionam, com o intuito de exportar o modelo para outros países.

O Consenso de Pequim busca um crescimento pacífico e equitativo. Segundo Joshua Ramo, o Consenso é mais do que uma mudança econômica, é uma mudança social, que usa de meios econômicos para desenvolver a sociedade.

Ele não acredita em soluções uniformes para todas as situações. É definido por uma vontade implacável de inovar e experimentar, por uma defesa viva das fronteiras e interesses nacionais, e pela acumulação cada vez mais criteriosa de ferramentas de projeção de poder assimétrico. É pragmático e ideológico ao mesmo tempo [...] (RAMO, 2004, p.4, tradução livre).²⁰

O modelo político-econômico é um capitalismo híbrido, focado na inovação e crescimento, abre a economia até um certo ponto, mas ainda mantendo um alto controle sobre ela, continuando como um regime autoritário, ao contrário do “Consenso de Washington” dos anos de 1990, que direcionava o sucesso econômico e social a liberalização política, econômica e financeira, respeitando os direitos humanos e claro, adotando um governo democrático. “É muito possível que o Consenso de Pequim possa substituir o Consenso de Washington”, disse Cui Zhiyuan, professor da *Tsinghua University* em Pequim, ao *International Herald Tribune* em 2010.

3.3 Ascensão Pacífica

A ascensão pacífica foi definida como uma política central pelos políticos com o objetivo de orientar a política externa e o desenvolvimento doméstico. Foi oficialmente apresentado pelo primeiro ministro Wen em dezembro de 2003, e mais tarde, no mesmo ano,

²⁰ Texto original: “It does not believe in uniform solutions for every situation. It is defined by a ruthless willingness to innovate and experiment, by a lively defense of national borders and interests, and by the increasingly thoughtful accumulation of tools of asymmetric power projection. It is pragmatic and ideological at the same time [...]”(RAMO, 2004, p.4)

reafirmado pelo presidente Hu, como objetivo de desenvolvimento (JINGZHI, PING, 2012, p.18). O termo significava que a emergência da China como potência não iria causar ameaça as outras nações.

“Neste sentido, o uso que a China faz do seu *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros” (TREMBLAY, 2007).

Zheng Bijan, já mencionado anteriormente como criador do termo Ascensão Pacífica, identificou-a como tendo quatro abordagens: (1) integrar o legado tradicional da China nas reformas e inovações atuais, (2) Adaptar as realidades e pragmáticas da China aos valores culturais desejados do mundo, (3) incorporar as ciências naturais nas ciências sociais e humanidades e (4) associar a paz externa da China com sua harmonia doméstica (MUNK-PETERSEN, 2013, p.59-60).

O termo se tornou rapidamente muito utilizado em discursos dos líderes chineses e também em estudos acadêmicos. Logo notaram que o uso do termo “Ascensão” estava sendo muito enfatizado, soando ameaçador, então, em 2004, o presidente Hu modificou o termo para “Desenvolvimento Pacífico”.

Sendo salientado que “desenvolvimento” não deveria simplesmente ser equiparado à busca de taxas de crescimento econômico, mas sim sendo referido a um processo para um país conseguir um crescimento rápido de sua força nacional, cultivando seu *soft power* (JINGZHI, PING, 2012, p.19).

Nem todos os objetivos de Pequim são de ascensão pacífica. Taiwan é um caso especial. A liderança chinesa quer reduzir a influência internacional de Taiwan, que é considerada uma província da China. Pequim primeiro enunciou essa estratégia em 1994, quando a liderança chinesa declarou que “usaria todos os recursos econômicos e diplomáticos para recompensar os países que estão dispostos a isolar Taiwan” (KURLANTZICK, 2007, p.42, tradução livre).²¹

Segundo Nye (2005), embora essa nova estratégia diplomática chinesa tenha aumentado a sua atratividade para os seus vizinhos no Sudeste Asiático, a persistente postura de imposição de *hard power* em relação a Taiwan prejudicou sua imagem na Europa no início do século XXI.

²¹ Texto original: “Not all of Beijing’s goals follow from Peaceful Rise, though. Taiwan is a special case. The Chinese leadership wants to reduce the international influence of Taiwan, which it considers a province of China. Beijing first enunciated this strategy in 1994, when the Chinese leadership declared that it would “use all economic and diplomatic resources to reward countries that are willing to isolate Taiwan.” (KURLANTZICK, 2007, p.42)

3.4 Diplomacia Pública, a construção da imagem nacional e o papel da mídia

A missão da diplomacia pública da China no século XXI consiste em ajudar os estrangeiros a aprender mais sobre as condições nacionais da China, as estratégias de desenvolvimento e as políticas relevantes, buscando essencialmente aumentar a compreensão do pensamento e da cultura chineses, aumentando a atratividade da sua cultura, sua eficácia política e conseqüentemente seu *soft power* (MUNK-PETERSEN, 2013, p.58-59). A ideia dos líderes chineses é criar uma diplomacia pública que resulte em uma imagem positiva e amigável do país, sustentando sua ascensão pacífica e contrariando as teorias de “ameaça chinesa”.

A diplomacia pública envolve não só transmitir informações e vender uma imagem positiva de um estado, mas também estabelecer relações de longo prazo entre países. É ganhar os "corações e mentes" da população e convencer governos e estrangeiros a apoiar suas políticas nacionais específicas, o que faz do *soft power* essencial para alcançar esses efeitos desejados (LIU, 2011, p.9).

Liu (2011, p.172) afirma que a diplomacia pública chinesa está orientada para quatro objetivos principais: (1) contar a história da China para o mundo, publicar políticas e perspectivas do governo chinês e promover a cultura chinesa no exterior, (2) contrariar o que é percebido como propaganda hostil, como por exemplo a teoria da “ameaça chinesa”, (3) para combater a luta de Taiwan pela independência e promover a unificação nacional e (4) promover a política externa da China.

A China ajustou sua diplomacia, e além disso, o país foi admitido na Organização Mundial do Comércio e contribuiu com as operações de paz das Nações Unidas, melhorou sua postura em questões de resolução de conflitos territoriais com seus vizinhos e ingressou em organizações regionais. Mudando a postura da mídia no Sudeste Asiático, que ainda no século XX criticava a economia e as políticas de segurança chinesas (NYE, 2005).

Durante o recente meio século, o crescimento das redes de telecomunicações, da televisão por satélite e da internet trouxe mudanças bastante dramáticas nas práticas de comunicação externa. O estabelecimento de grandes redes de televisão mundiais, como *Cable News Network (CNN)*, *BBC World Service*, *Al Jazeera*, França 24, *TeleSUR*, agregou mais significado estratégico à comunicação externa e tornou cada vez mais vital para os estados se envolverem no discurso global, debates políticos, relações sociais, transações econômicas e intercâmbios culturais (LIU, 2011, p.9, tradução livre).

Dentro das discussões acadêmicas contemporâneas de *soft power*, a construção de uma imagem nacional é frequentemente vista como um componente vital do *soft power*. Uma

imagem pública positiva cria um ambiente político favorável para o país, enquanto uma imagem negativa resulta na desconfiança dos outros (LIU, 2011, p.12). No atual cenário, a mídia se torna um grande meio de *soft power*, pois externa a imagem e perspectivas da nação por vias de esforços governamentais.

Com o novo século, a China sentiu a necessidade urgente de aumentar seu poder em várias formas de mídia (LI, 2009, p.146). Estudiosos acreditam que um grande culpado *do soft power* ainda não ter alavancado na China é a mídia ocidental, que foca no lado negativo do país.

Embora todas as nações possam construir sua imagem nacional internamente através de sua mídia doméstica, somente as nações com alcance mundial de mídia conseguem atrair atenção internacional e, assim, transmitir sua imagem nacional para a comunidade internacional. No século XXI, os meios de comunicação dos EUA dominam os recursos da mídia global, espalhando sua cultura, ideologia, valores e instituições em todo o mundo (LIU, 2011, p.13).

Em um discurso para *Advanced Forum of the Chinese Media Development* em 2005, o diretor da *Phoenix Television*²², Liu Changle, disse que: “Por um lado, a mídia americana forma como o público vê o mundo em sua cobertura diária. Por outro lado, como a mídia americana seleciona e relata os principais eventos mundiais, ela afeta diretamente como o público percebe e avalia esses eventos [...] A mídia não-ocidental, incluindo a mídia chinesa, é excluída do *mainstream* do mundo e estamos em uma posição muito fraca” (LI, 2009, p.146).

Chineses acreditam que a mídia ocidental retrata o país de forma negativa, com várias acusações sobre direito de propriedade intelectual e violação dos direitos humanos, tendo como objetivo impedir a ascensão do país para uma potência global. Acreditam que não possuem voz e são mal compreendidos pelos ocidentais devido ao domínio da mídia ocidental.

Como mais uma estratégia do *The National Planning Guidelines for Cultural Development in the Eleventh Five-Year Period*, a China pretende promover sua indústria de rádio e TV, com o objetivo de fazer o mundo ouvir sua voz, deixar a própria China contar sua história e destacar seu modelo de governo, com respeito pela soberania do Estado e sua não interferência em questões como direitos humanos.

A capacidade de usar a informação é um elemento de poder, e as nações que usam adequadamente vários canais de comunicação para moldar as opiniões públicas possuem um

²² Fundada em 31 de março de 1996, a Phoenix Satellite Television é uma emissora de televisão mandarim e cantonês com sede em Hong Kong. Disponível em: < <http://www.ifengus.com/?q=content/english> >. Acesso em 31 mai. 2017.

vantagem no seu *soft power* (LIU, 2011, p.10). Ou seja, na atual era da informação global, quem tem o poder de transmitir informações e construir uma imagem nacional favorável possui mais influência sobre como as questões são enquadradas, pois contam a história a partir da sua visão, sendo assim mais propensos em ter sucesso no exercício do seu *soft power*.

Graças a "Grande Muralha Eletrônica", o governo chinês já restringe há certo tempo o acesso a sites estrangeiros. No final de 2017, o Parlamento chinês aprovou uma lei de censura cinematográfica e uma lei sobre a segurança cibernética que dão base legal para a censura e a vigilância na internet, limitam a liberdade de expressão na internet, obrigam empresas, incluindo as estrangeiras, a "protegerem a segurança nacional" e limitam conteúdos que são considerados ruins aos interesses do país (FRANCE PRESSE, 2016).

A China já bloqueia ou censura conteúdos na internet, mas as restrições foram reforçadas em setembro de 2013, no âmbito de uma campanha contra os que "propagam rumores on-line", durante a qual centenas de jornalistas e blogueiros foram detidos. Desde que as medidas foram adotadas, internautas chineses podem pegar até três anos de prisão por enviar mensagens consideradas difamatórias que tenham sido compartilhadas mais de 500 vezes ou visualizadas mais de 5 mil vezes. Em várias ocasiões, as autoridades chinesas utilizaram comentários publicados na internet para condenar dissidentes (FRANCE PRESSE, 2016).

3.5 Poder cultural chinês

O novo século trouxe também novas regras para o sistema internacional, onde o *soft power*, representado por fatores como cultura, ideologias políticas e instituições internacionais tem tanta importância na mensuração de poder, quanto o poder militar, econômico e tecnológico que representam o *hard power*.

A cultura também é uma fonte potencial muito importante de *soft power*, pois os estados nacionais tentam constantemente exibir os bons aspectos de suas culturas para construir uma imagem melhor (LI, 2009, p.14). A cultura tradicionalmente tem impactos determinantes nas conquistas do estado através do seu papel no fornecimento de condições espirituais, organizacionais, éticas e econômicas para a vida humana. A cultura como conceito, no entanto, é mais difícil de definir e já evoluiu significativamente ao longo do tempo (DING, 2006, p.107).

No século XXI, a cultura ficou popularmente definida como o "conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um

grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças"²³.

A cultura pode ser dividida entre os críticos por cultura popular e cultura erudita, onde a primeira tem como base os costumes e tradições do povo, sendo geralmente veiculada nos meios de comunicação de massa e consumida por ela, enquanto que a última está relacionada com um pensamento mais crítico, científico, elaborado e elitizado da sociedade, estando usualmente ligada a atividades que possuem preços mais elevados.

Na época da Guerra Fria, por exemplo, um músico soviético notou que instituições não governamentais como teatro, museus e companhias de óperas soviéticas transmitiam fortemente a mensagem que o ocidente estava decadente. A cultura erudita também produzia *soft power* para os Estados Unidos, com a formação de milhões de estudantes estrangeiros em instituições americanas que retornam para seus países apreciando os valores americanos (NYE, 2004, p.45).

A cultura popular também tem seu efeito, e nos Estados Unidos, por exemplo, até seu *fast food* leva a cultura americana para fora do país. Em 1989, quando estudantes protestaram na praça *Tiananmen*, praça central em Pequim, eles construíram uma réplica da Estátua da Liberdade americana, pois apesar da censura da época, muitos acadêmicos e estudantes chineses ouviam a *Voz da América* e idolatravam *Hollywood*.

Não há dúvidas que no mundo de hoje, a cultura se tornou um forte indicador de poder de um país, mostrando que para se destacar no cenário internacional, um país precisa ter uma economia forte, mas também um grande poder cultural. Potências do ocidente estão constantemente propagando seus valores e sua cultura para o restante do mundo, intensificando seu *soft power*. A China quer ser uma grande potência mundial, desenvolver seu poder cultural e aumentar sua voz na sistema internacional.

De acordo com literaturas de Relações Internacionais recentes, o poder cultural geralmente se refere à imposição de valores culturais em países/grupos étnicos por outros países/grupos étnicos. Portanto, o poder cultural tradicionalmente foi interpretado como uma forma de "hegemonia cultural" (DING, 2006, p.107).

²³ Definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível em:

< <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> > Acesso em 31 mai. 2017.

Alguns estudiosos chineses acreditam que os Estados Unidos buscam essa hegemonia cultural mundial, e temem que novas gerações chinesas estejam esquecendo suas raízes e tradições, pois se encontram extremamente expostos à cultura ocidental. Para eles, aumentar a exportação de cultura é um ponto chave para melhorar o poder cultural da China no mundo, pois promove a cultura chinesa mundialmente, chamando atenção do mundo para a China e consequentemente, compete com a influência americana.

Notando sua fraqueza em poder cultural, em 2006 o governo chinês publicou “*The National Planning Guidelines for Cultural Development in the Eleventh Five-Year Period*”, documento que mostrava um planejamento cultural do país em um período de cinco anos. Este afirmava que para se sobressair no sistema internacional no século XXI, um país precisa ter além de uma forte economia e alto poder tecnológico, um poder cultural que se destacasse. O documento explana diversas políticas para impulsionar a saída de cultura chinesa para o mundo, buscando estimular a compreensão internacional da cultura, promover a mídia chinesa no exterior, aumentar a competitividade e a influência dos produtos culturais chineses e aumentar o direito de discurso do país. Exemplos seriam participação da China na UNESCO (*United Nations Education, Science and Cultural Organization's*), o Ano chinês na França, o “Ano da Rússia” na China e vice-versa, *Asia-Pacific Week* em Berlim, entre outros (LI, 2009, p.33).

Embora a cultura tradicional chinesa seja geralmente vista de forma positiva nos mercados mundiais, a visão do mundo sobre o governo chinês é em grande parte crítica. E quando o governo se envolve no envio da cultura chinesa, selecionando o que é enviado para o resto do mundo, o resultado final provavelmente não será produtivo (KEANE, 2016).

Países que exportam mais produtos culturais do que importam tendem a ter um poder cultural maior. De acordo com o relatório de estatísticas *International Flows of Selected Cultural Goods and Services 1994–2003* apresentado pela UNESCO em 2005, a China ficou em quarto lugar no mundo em termos de receitas de exportação de bens e serviços culturais. O relatório mostra um rápido crescimento do país, que tinha apenas uma participação de 8,3 por cento (US\$ 636 milhões) no mercado de produtos culturais dos EUA em 1994, mas aumentou para 30,8% (US \$ 4,2 bilhões) em 2003 (LI, 2009, p.148).

Estatísticas apresentadas pelo governo chinês são formuladas diferentemente da apresentada anteriormente, pois geralmente não incluem informações sobre o conteúdo dos produtos culturais, portanto, Mingjiang Li, o autor do livro *Soft Power, China's Emerging Strategy in International Politics* explica que só foi possível o uso de dados de documentos

chineses no comércio internacional para avaliar o poder cultural da China na área de publicação. O país tem um desequilíbrio cultural significativo em publicações, dados mostram que em 2006, exportou US \$ 36,3 milhões em livros e importou US \$ 180 milhões. Em produtos de áudio e vídeo, exportou apenas US \$ 2,8 milhões e importou US \$ 30,8 milhões (LI, 2009, p.147 -149).

Estudos apontam que a dificuldade de traduzir da língua chinesa é a maior barreira para um maior propagação de publicações do país. Outra iniciativa do *The National Planning Guidelines for Cultural Development in the Eleventh Five-Year Period* já mencionado anteriormente é o financiamento de tradução dessas publicações, incentivando assim, editoras a ampliar seu mercado globalmente.

Estatísticas e relatórios de notícias mostram que os bens e serviços culturais chineses fizeram maiores incursões nos mercados mundiais nos últimos anos. Os consumidores internacionais estão encontrando mais produtos que são investidos, co-criados ou até de propriedade de cidadãos chineses. *The Voice of China*, *China's Got Talent* e *The X Factor China*, programas originalmente americanos, mostram que aparentemente, a televisão chinesa está se tornando mais global. A compra da cadeia de cinema *Hoyts* em 2015, parceria da *LeTV's* com a Netflix em 2015 para reformatar o drama *Empresses in the Palace*, a compra de *Legendary Pictures* de *Hollywood* em 2016, entre outros, aponta o fortalecimento de estratégias comerciais no exterior (KEANE, 2016).

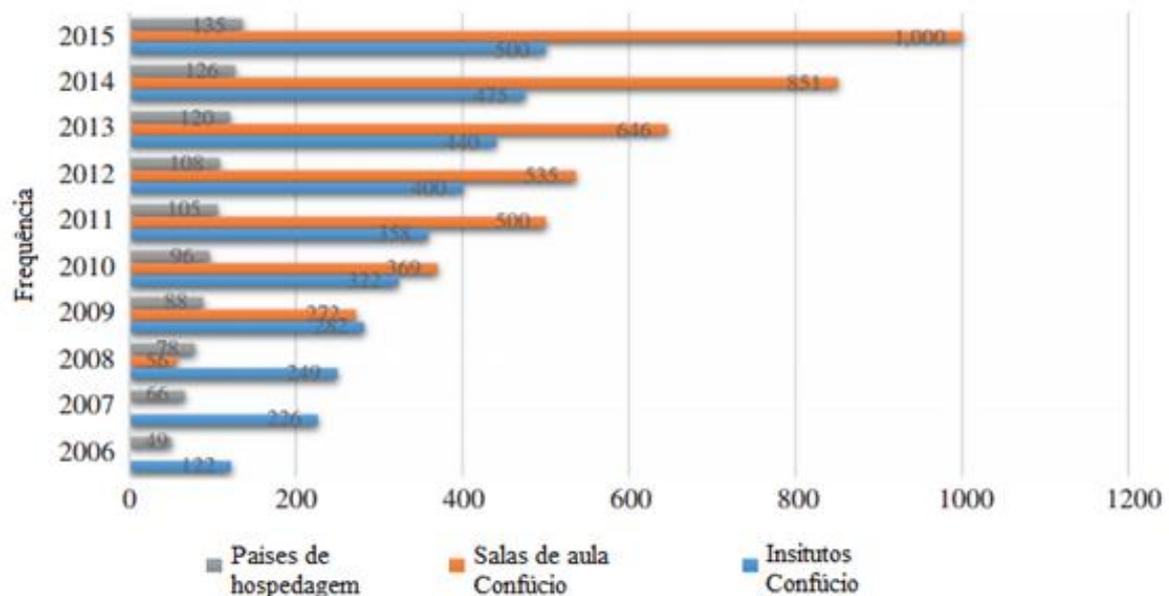
3.6 Institutos Confúcio

Um dos atuais maiores exemplos do esforço do governo chinês para exportar elementos culturais têm sido o estabelecimento de vários Institutos Confúcio por todo o mundo. Eles são uma organização sem fins lucrativos cuja tarefa é promover a educação da língua chinesa, formar professores do idioma, difundir a cultura da nação chinesa no exterior (MORAES, 2013, p.49), desenvolver amizade com outros países e promover um mundo de diversidade e harmonia (XIAO, 2017, p.33).

A primeira unidade foi inaugurada em Seul, Coréia do Sul em 2004, a segunda foi na Universidade de Maryland e a terceira na Universidade de Stellenbosch na África do Sul. O gráfico 1 mostra que em 2006 já eram 122 Institutos Confúcio em 49 países diferentes, o que aumentou em 2015 para 500 institutos em 135 países. Além disso, os Estados Unidos abrigam

a maioria dos Institutos Confúcio e salas de aula Confúcio no mundo, com 108 Institutos e 349 salas e aula (21,6% e 34,9% do total mundial, respectivamente) (XIAO, 2017, p.35).

Gráfico 1 – Quantidade de salas de aula Confúcio, Institutos Confúcio e países que os hospedam no período de 2006 até 2015.



Fonte: XIAO, 2017, p.35.

Os Institutos usam da ideologia da paz e harmonia do pensador Confúcio como o "princípio orientador" para a sua construção, por isso levam seu nome. Em 2016 perguntaram ao Vice-diretor-geral da sede da *Hanban* o porquê da escolha desse nome e ele explicou que Confúcio era um educador e foi o criador do Confucionismo, escola cujas crenças incorporaram os aspectos-chave da cultura chinesa e eram bem conhecidas o país, nas comunidades chinesas do mundo e na comunidade internacional também (XIAO, 2017, p.33).

Avançando de sua "diplomacia de panda"²⁴ anterior, a China seguiu o exemplo do "Conselho Britânico", do "Instituto Goethe" e dos "Institutos Culturais Dinamarqueses" - lançando seus próprios Institutos Confúcio em escala global, constituindo uma parte importante da diplomacia pública da China e

²⁴ A diplomacia do panda é o uso de pandas gigantes como presentes para outros países ajudar a promover seu relacionamento. A prática existe desde a Dinastia Tang e em 1950, Mao reutilizou dessa estratégia. A partir de 1984, o presente se transformou em empréstimos em um modelo capitalista baseado em transações financeiras. A partir de 2008 os empréstimos Panda baseiam-se na necessidade mútua, onde as nações fornecem recursos e tecnologia valiosos a China. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/science-environment-24161385>> Acesso em: 02 jun. 2017.

da estratégia de ascensão pacífica, bem como do seu *soft power* (MUNK-PETERSEN, 2013, p.62, tradução livre).²⁵

Os Institutos visam, conforme escrito em sua constituição: "melhorar a compreensão da língua e da cultura chinesas, fortalecer o intercâmbio educacional e cultural e a cooperação entre a China e outros países, aprofundar as relações amigáveis e ajudar na construção de um mundo harmonioso".

Os Institutos de outros países que servem o mesmo propósito, como a Aliança Francesa, o Instituto Goethe da Alemanha, o Instituto Cervantes espanhol, etc., possuem autonomia orçamentária e política (MORAES, 2013, p.49), enquanto os Institutos Confúcio são administrados como joint ventures entre instituições estrangeiras e chinesas e orientados pelo *Office of Chinese language of Council International*, mais conhecido pela abreviação *Hanban* que é uma organização governamental, administrada por um grupo de ministérios estaduais e outras organizações. Por estar subordinado ao governo chinês, estudiosos ocidentais acreditam que os institutos funcionam como representantes indiretos dos interesses de Pequim no exterior (MORAES, 2013, p.49).

Junto com o crescimento do número de Institutos ao redor do mundo, têm crescido a preocupação dos acadêmicos ocidentais, principalmente após o incidente de 2014, quando um programa de uma conferência da *European Association of Chinese Studies* foi confiscado por oficiais do Instituto Confúcio, pois continha uma propaganda da *Chiang Ching-kuo Foundation*, que tem sede em Taiwan (*The China Policy Institute*, 28 mar. 2016).

O acontecimento levou os envolvidos a acreditarem que os institutos ameaçam a liberdade de expressão e pensamento no processo de educação e em junho de 2014 a *American Association of University Professors* (AAUP) convocou as universidades americanas que possuíam Institutos a não renovarem suas parcerias. A declaração dizia que os Institutos funcionavam como um braço do estado chinês e que promoviam uma agenda estadual no recrutamento e controle do pessoal acadêmico, a escolha do currículo e a restrição do debate (*BBC News Shanghai*, 22 dez. 2014).

²⁵ Texto original: "Moving forward from its previous "panda diplomacy" China has followed the example of the "British Council," "Goethe Institute" and "Danish Cultural Institutes" – launching its own Confucius Institutes on a world wide scale, subsequently constituting an important part of China's public diplomacy and peaceful rise strategy as well as China's comprehensive soft power." (MUNK-PETERSEN, 2013, p.62)

3.7 Limites do *soft power* chinês

Apesar de todos os fatores positivos de seu *soft power* já mencionados, “[...] a China não conseguiu superar sua vulnerabilidade de longa data na batalha de valores e ideias, a ferida auto infligida de sua violação dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos”. “Os estrategistas diplomáticos chineses reconhecem que a questão dos direitos humanos é uma fraqueza sistêmica do sistema chinês em assuntos globais” (NATHAN, SCOBELL, 2009, tradução livre)²⁶, sendo um dos maiores limites para o crescimento do *soft power* chinês.

Segundo dados apurados ao longo de 2016 do *Humans Rights Watch*, a China realizou poucas melhorias em algumas áreas durante o ano, prevalecendo os esforços do governo para silenciar vozes de civis, quando mais de 16 advogados e ativistas de direitos humanos foram detidos após uma varredura nacional de defensores dos direitos humanos em julho de 2015. Em fevereiro de 2016, o alto comissário da ONU para os direitos humanos expressou preocupação com o caso ainda não resolvido (*Humans Right Watch*, 2017).

No que tange a liberdade de expressão, segue restrita com censura e punções do governo, como por exemplo a morte do ativista Lei Yang em maio sob custódia policial e a prisão de He Linxia, diretora da *Guangxi Normal University Press*, conhecida por publicar livros focados na política. A *State Administration of Press, Publication, Radio, Film and Television* (SAPPRFT) se reuniu com empresas de produção de vídeos para solicitá-las que vendessem participações de capital da empresa ao governo, aumentando o controle sobre o conteúdo. As autoridades também limitaram ainda mais a liberdade de expressão ao aprovar uma Lei de Segurança Cibernética, que priva a liberdade e o anonimato on-line. (*Humans Right Watch*, 2017).

Aos defensores dos direitos humanos, autoridades locais continuaram extremamente hostis em 2016. Os jornalistas chineses Lu Yuyu e Li Tingyu, que documentaram os protestos da China desde 2012 foram presos por perturbar a ordem, assim como os defensores dos direitos trabalhistas Meng Han e Zeng Feiyang. Segundo a mídia chinesa, Meng e Zeng foram condenados pois estavam incitando a greve de trabalhadores (*Humans Right Watch*, 2017).

O governo chinês continua liderando no número de pessoas executadas, com 46 crimes elegíveis para a pena de morte, mas segundo estudiosos chineses as execuções "caíram cerca

²⁶ Texto original: “[...] China has not been able to surmount one longstanding vulnerability in the battle of values and ideas, the self-inflicted wound of its pervasive violation of internationally recognized human rights.” “Chinese diplomatic strategists recognize that the issue of human rights is a systemic weakness of the Chinese system in global affairs.” (NATHAN, SCOBELL, 2009)

de 60%" para "alguns milhares" em 2005, porém as estatísticas oficiais não foram divulgadas (*Humans Right Watch*, 2017).

[...] Os bilhões de dólares que a China está gastando em sua ofensiva de charme tiveram apenas um retorno limitado. Pesquisas na América do Norte, Europa, Índia e Japão mostram que as opiniões sobre a influência da China são predominantemente negativas. O país é visto de forma mais positiva na América Latina e na África, onde não tem disputas territoriais e preocupações com os direitos humanos nem sempre são importantes na agenda pública. Mas mesmo em muitos países nessas regiões, as práticas chinesas, como a importação de mão-de-obra para projetos de infraestrutura, são impopulares (NYE, 2015, tradução livre).²⁷

Alguns especialistas acreditam que um dos limites do *soft power* chinês é que seu uso está restrito pela natureza do Estado comunista. Bruce Gilley, especialista em política chinesa contemporânea e professor adjunto de assuntos internacionais na *New School University*, acredita que o país está preso na visão do século XIX sobre soberania de Estado e a não-interferência do Estado, e que no fim das contas, a China continua sendo uma sociedade autoritária que prende dissidentes e derruba as revoluções de seus próprios habitantes. Para Gilley, a China ganha influência porque representa uma potencial ameaça militar, econômica ou política para muitos países (PAN, 2006).

O *soft power* chinês talvez não se desenvolva mais porque a promoção do *soft power* seja em grande parte liderada pelo Estado, ao invés de ser transferida a atores não estatais para se desenvolver naturalmente, como acontece com os Estados Unidos, em que seu *soft power* é bastante representativo pela cultura popular.

Para Tremblay (2007), o papel suspeito da China na divulgação de tecnologia nuclear, as ameaças diretas a Taiwan, o tratamento de minorias nas regiões ocidentais do país e seu recorde altamente negativo em termos de direitos humanos são alguns dos elementos que afetam a imagem da China mundialmente, ferindo seu *soft power*.

Nye (2005) aborda que a China sofre de corrupção, desigualdade, falta de democracia, direitos humanos e regulamentação da lei e embora o "Consenso de Pequim" se mostrou um

²⁷ Texto original: “[...] the billions of dollars China is spending on its charm offensive have had only a limited return. Polls in North America, Europe, India, and Japan show that opinions about China's influence are predominantly negative. The country is viewed more positively in Latin America and Africa, where it has no territorial disputes and human-rights concerns are not always high on the public agenda. But even in many countries in those regions, Chinese practices like importing labor for infrastructure projects are unpopular.” (NYE, 2015)

modelo de desenvolvimento atraente para países autoritários e semi autoritários em desenvolvimento, apenas atrapalha o crescimento do *soft power* da China no Ocidente.

“O que a China parece não apreciar é que usar a cultura e a narrativa para criar *soft power* não é fácil quando são inconsistentes com as realidades domésticas”, declarou Nye (2012, tradução livre).²⁸ Como o blogueiro mais popular da China argumentou: "a restrição às atividades culturais torna impossível para a China influenciar a literatura e o cinema em uma base global ou para nós amantes da cultura, nos sentimos orgulhosos" (NYE, 2012, tradução livre).²⁹ Na atual era de informação global, as ideias que preconizam são de liberalismo, pluralismo e autonomia, e um país cujo projeto de *soft power* não acompanha essas ideias tende a não se desenvolver.

As incertezas sobre os projetos de Pequim, a falta de transparência de iniciativas como por exemplo a dos Institutos Confúcio, os constantes atritos e críticas da comunidade internacional a temas como violação de direitos humanos, falta de liberdades de expressão, cerceamento de culturas de minorias étnicas no país, a questão China-Taiwan e até repressões a artistas e ativistas críticos ao regime são mais fatores que freiam o crescimento do *soft power* chinês (MORAES, 2013, p.49), assim como “a poluição ambiental e a degradação, as questões de segurança alimentar, o excesso de capacidade das empresas estatais e a exaustiva campanha de anticorrupção do atual presidente são susceptíveis de dissuadir os outros de seguir o exemplo da China” (ALBERT, 11 mai. 2017, *Council of Foreign Relations*, tradução livre).³⁰

A China também se encontra em uma crise ambiental, é atualmente o país que mais emite dióxido de carbono no mundo, sofre com escassez de água, má distribuição de renda, entre outros problemas domésticos, que ainda por cima, nem sempre são entendidos por seus cidadãos, pois a liberdade é coibida pelo governo.

3.8 The Soft Power 30 Report

Neste novo mundo, os países estão percebendo que uma dependência excessiva do poder militar e da influência econômica – *hard power* tradicional

²⁸ Texto original: “What China seems not to appreciate is that using culture and narrative to create soft power is not easy when they are inconsistent with domestic realities.” (NYE, 2012)

²⁹ Texto original: “the restriction on cultural activities makes it impossible for China to influence literature and cinema on a global basis or for us culturati to raise our heads up proud.” (NYE, 2012)

³⁰ Texto original: “Environmental pollution and degradation, food safety issues, overcapacity of state-owned enterprises, and Xi’s exhaustive anticorruption campaign are likely to dissuade others from following China’s example.” (ALBERT, 11 mai. 2017, *Council of Foreign Relations*)

- não pode mais produzir os resultados desejados. É a capacidade de encorajar a colaboração e forjar redes - atrair e persuadir, ao invés de obrigar - o que funciona melhor (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.8, tradução livre).³¹

O *The Soft Power 30 Report* realiza uma avaliação comparativa abrangente do *soft power* global a partir da análise dos seguintes sub-índices: governo, cultura, empreendimento, digital, educação, cozinha, produtos tecnológicos, amabilidade, produtos de luxo, política estrangeira, moradia (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.9). A partir a coleta de dados do ano de 2016, a China se posicionou em 28º lugar como país com *soft power* mais influente.

O governo chinês já investiu dezenas de bilhões de dólares em esforços para aumentar seu *soft power*, mesmo com a comunidade internacional em um momento que muitos países estão reduzindo o financiamento de instituições e iniciativas (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.43).

Por mais um ano a China apresentou melhor performance no sub-índice de Cultura, o que faz sentido diante da riqueza cultural do país, “no entanto, as restrições da China aos direitos individuais, a falta de uma imprensa livre e a aversão à crítica política, resultaram em uma baixa pontuação no sub-índice do governo” (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.43, tradução livre).³²

Apesar de ter subido de posição em relação ao ano de 2015, os interrogados internacionais da pesquisa não expressaram muita confiança na China quando se trata de agir corretamente nos assuntos internacionais. “Assim, apesar de algumas óbvias vantagens de *soft power*, há uma série de fraquezas fundamentais que prejudicam os esforços consideráveis da China para investir em *soft power*” (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.43, tradução livre).³³

³¹ Texto original: “In this new world, countries are realising that an over-reliance on military might and economic clout – traditional hard power – can no longer bring about their desired outcomes. It is the ability to encourage collaboration and forge networks – to attract and persuade, rather than to compel – which works best.” (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.8)

³² Texto original: “However, China’s restrictions on individual rights, lack of a free press, and an aversion to political criticism, resulted in a low score on the Government sub-index.” (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.43)

³³ Texto original: “Thus despite some obvious soft power advantages, there are a number of fundamental weaknesses that undercut China’s considerable efforts to invest in soft power.” (*The Soft Power 30 Report*, 2016, p.43)

4. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E OS IMPACTOS DO *SOFT POWER* CHINÊS NO BRASIL A PARTIR DE SÉCULO XXI

O núcleo do *soft power* chinês na América Latina, como no resto do mundo, é a percepção generalizada de que a China, devido às elevadas taxas sustentadas de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, apresentará grandes oportunidades de negócios no futuro e será um poder a ser contado globalmente (ELLIS, 2011, p.86, tradução livre).³⁴

Como já discutido no capítulo anterior, com o século XXI e o surgimento de uma nova ordem mundial, a China iniciou seu plano de inserção e ascensão pacífica no sistema internacional, onde a América Latina - e por conseguinte o Brasil - era vista como parceira essencial, por seus países serem grandes provedores de “matéria-prima e recursos energéticos, assim como para a manutenção de canais de comércio para o desembarque dos seus produtos em potenciais mercados consumidores” (MOURA, 2012, p.100). Autores afirmam que essa parceria entre os dois países une os dois maiores mercados emergentes do Oriente e do Ocidente, podendo trazer uma nova estruturação da geografia econômica e diplomática do mundo.

É possível notar que nos últimos anos a China tem se expandido muito economicamente na América Latina e feito vários esforços para abraçar política e culturalmente essa região, principalmente com a elaboração de parcerias estratégicas entre os países. A partir do século XXI, as relações sino-brasileiras “assumiram um forte sentido estratégico no nível bilateral e multilateral, com ênfase na cooperação Sul-Sul” (PECEQUILO, JUNQUEIRA, 2016).

“A expressão parceria estratégica foi empregada pela primeira vez em 1993 pelo então Primeiro Ministro Chinês, Zhu Rongji, a fim de designar o relacionamento sino-brasileiro. Desde então, a expressão passa a ser usada largamente por ambos os países” (GONÇALVES, BRITO, 2010, p.16).

Em 1993 Brasil e China iniciaram sua parceria estratégica, mas apenas com a troca de visitas dos presidentes em 2004 que essas relações bilaterais ganharam força. Segundo Danielly Becard, doutoranda em Relações Internacionais, essa parceria pode ser dividida inicialmente em três eixos centrais: o político, o científico-tecnológico e o econômico. Para ela, “o eixo

³⁴ Texto original: “The core of Chinese soft power in Latin America, as in the rest of the world, is the widespread perception that the PRC, because of its sustained high rates of economic growth and technology development, will present tremendous business opportunities in the future, and will be a power to be reckoned with globally” (ELLIS, 2011, p.86).

sócio-cultural não é tido como central para a parceria sino-brasileira devido ao seu tímido desenvolvimento” (BECARD, 2008).

Essa parceria é justificada pela similaridade dos países, como expõe Becard:

Na América Latina, o Brasil revelou-se um grande parceiro da China [...] Ambos postulam independência, diversificação de interesses e tratamento em pé de igualdade em relação às grandes potências; apresentam-se ao sistema internacional como dois países de dimensões continentais e auto-satisfeitos territorialmente, mas desafiados a desenvolver-se para atingir padrões mais altos de riqueza e poderio nacional; possuem projetos nacionais desenvolvimentistas voltados para o estreitamento de relações com países do Terceiro Mundo e política externa pragmática e; aproximam-se em suas opiniões sobre temas sensíveis, tais como energia nuclear, meio ambiente, direito do mar, direitos humanos e defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional de cunho terceiro-mundista (BECARD, 2008).

4.1 A aproximação política sino-brasileira a partir do século XXI

Com a virada do século, a China buscou conquistar lugares estratégicos que para ela, seriam os países em desenvolvimento, onde a África foi protagonista de muitos projetos, mas na América Latina, as relações políticas se desenrolaram mais vagarosamente, se restringindo inicialmente a reuniões esporádicas que não possuíam um agenda pré-estabelecida.

Com a chegada à presidência em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou grande interesse na China com intenção de promover cooperações de tipo “Sul-Sul”, intensificando as relações bilaterais e multilaterais, não obstante, posteriormente foi criado o grupo BRICs³⁵, formando uma aliança com potências emergentes, que após 2011, se tornou BRICS com a entrada da África do Sul, sendo referência em desenvolvimento, ainda mais com a concepção do Banco do BRICS.

Em maio de 2004 o Presidente fez uma visita à China para “reiterar o caráter estratégico das relações sino-brasileiras” (JUNIOR, 2010, p. 147). As exportações brasileiras para a China se concentravam em duas *commodities*: soja e minério de ferro, e essa visita tinha como objetivo de variar mais esses produtos, incentivar o investimento estrangeiro, entre outros pontos.

No mesmo ano foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, onde o Brasil reconheceu o status de economia de

³⁵ Em 2001, surgiu a expressão BRICs (com “s” minúsculo no final para designar o plural de BRIC), utilizando as iniciais dos quatro países considerados emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China, que possuíam potencial econômico para superar as grandes potências mundiais em um período de, no máximo, cinquenta anos. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/bric.htm>> Acesso em: 25 mai. 2017

mercado para a China. A partir desse ano também foram intensificadas as trocas de visitas de alto nível.

Alguns meses depois, Hu Jintao, então presidente da China realizou uma visita ao Brasil, onde demonstrou que o Brasil era o principal país da América Latina e maior parceiro chinês da região. No entanto, com a visita também ficou claro alguns desentendimentos entre os dois governos nas questões de reforma no Conselho de Segurança da ONU e o medo do setor industrial brasileiro sobre o progressivo impacto negativo das exportações, que será discutido com mais detalhes no tópico 4.5.

Em 2004 e 2005 a reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) voltou a ser uma questão da agenda internacional. A proposta continha em aumentar os membros permanentes de 5 para 11 e os rotativos de 11 para 13, atualizando-o de acordo com a nova ordem mundial e adicionando o Brasil como membro permanente. Porém, a China não aceitou o projeto, pois não queria a entrada do Japão como membro permanente do CSNU, o que acabou prejudicando a relação bilateral sino-brasileira, pois o Brasil “supostamente teria cedido no campo econômico e político para obter vantagens políticas, as quais não foram entregues” (BARBOSA, MENDES, 2006, p.7). Aos olhos do governo brasileiro, divergências de ordem bilaterais nunca iriam afetar um tema tão importante para o sistema internacional como a reforma do CSNU.

Em 2006, a visita do vice-presidente da época José Alencar retomou as relações bilaterais e estabeleceu a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concertação (COSBAN) que abarcava “subcomissões setoriais específicas para aprofundar o diálogo bilateral nas áreas política, econômico-comercial, científico-tecnológica, espacial, agrícola e cultural (JUNIOR, 2010, p. 185).

Com a instalação da COSBAN ficou estabelecido que desentendimentos poderiam acontecer, mas que isso não deveria ser empecilho para o funcionamento dessa parceria. Esse mecanismo proporcionou o aprofundamento das relações promovendo cooperações de longo prazo, contando com onze Subcomissões e sete Grupos de Trabalho que tratam de temas econômicos, financeiros, políticos, de cooperação científica, sobre agricultura, energia, mineração e intercâmbio cultural e educacional, já discutidos nas três reuniões realizadas em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

Em 2007 ocorre a criação e primeira reunião do Diálogo Estratégico entre as Chancelarias Brasil-China. Em 2010 o Presidente Hu Jintao visita o Brasil para participar da II Cúpula do BRICS, em Brasília. Em 2012 acontece, também em Brasília, a II Reunião da COSBAN, presidida pelo Vice-Presidente Michel Temer e pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan. No mesmo ano, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao vem ao Brasil para a Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro e é estabelecido o Diálogo Estratégico Global entre os Ministros das Relações Exteriores. Em 2013 o Vice-Presidente Michel Temer participa da cerimônia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum de Macau. Em 2015 ocorre a reunião dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS em Nova York e a 70ª Sessão Anual da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2014 ocorre a VI Cúpula do BRICS, onde foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento do grupo e o Acordo Contingente de Reservas para ampliar os fundos dos países membros. Em 2015, o Brasil aceitou o convite e se tornou membro fundador do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB). Em 2016, o atual Presidente da República, Michel Temer, realiza viagem à Shanghai para Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China em setembro (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

Os dois países operam juntos atualmente nos seguintes mecanismos internacionais: BRICS, G20³⁶ e BASIC³⁷, buscando a aproximação e debates sobre diversos temas da agenda internacional.

4.2 O Plano Decenal (2012) e Plano de Ação Conjunta (2015)

Em 2012, por conta da visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, a relação bilateral passou para o nível de Parceria Estratégica Global. Neste ano, “[...] tanto o Brasil, quanto a China apresentavam um cenário marcado pelo crescimento de suas economias e estabilidade política” (PECEQUILO, JUNQUEIRA, 2016), com o sentido de aprofundar a parceria estratégica dos países resolveram por promover o Plano Decenal, “com objetivo de assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação;

³⁶ G20 é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e a União Europeia. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/G20>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

³⁷ Bloco de quatro países recentemente industrializados (Brasil, África do Sul, Índia e China) constituído por acordo firmado em 28 de novembro de 2009 que se comprometeram a atuar de maneira combinada na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/BASIC_\(grupo_de_pa%C3%ADses\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/BASIC_(grupo_de_pa%C3%ADses))>. Acesso em 10 jun. 2017.

cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos dos dois lados de 2012 a 2021” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Plano Decenal, 2012).

Em 2015 o cenário já não era mais tão favorável como em 2012, pois

[...] a queda de 8% da Bolsa de Xangai em 24 de agosto de 2015 gerou especulações no mercado financeiro sobre a solidez da economia chinesa, e no Brasil a retração do PIB, os cortes no orçamento público, a instabilidade política, derivada do processo de um possível impeachment da presidenta reeleita democraticamente em 2014, resultaram em um clima negativo e instável (PECEQUILO, JUNQUEIRA, 2016).

O Plano de Ação Conjunta, não possui metas pré-estabelecidas e os objetivos explanados são de âmbito gerais. Foi instaurado para complementar o assinado em 2012, e objetiva o “fortalecimento dos acordos de nível bilateral e execução das iniciativas de cooperação, derivadas da Parceria Estratégia Global, estabelecida em 2012” (PECEQUILO, JUNQUEIRA, 2016).

Os dois planos são os documentos mais importantes para orientar essa relação bilateral, promovendo

[...] ações de longo prazo em áreas-chave: ciência, tecnologia e inovação e cooperação espacial; energia, mineração, infraestrutura e transporte; investimentos e cooperação industrial e financeira; cooperação econômico-comercial; e cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

O Plano Decenal destaca a primordialidade de variar os investimentos, especialmente nos setores de valor agregado; a necessidade de um maior desenvolvimento das tecnologias brasileiras, visando aumentar a competitividade do Brasil em relação a China; variar as relações comerciais dos dois países; ampliar o fluxo comercial.

O Plano de Ação Conjunta ratifica o exposto acima. Com esse acordo fica claro o aprofundamento nas relações bilaterais com os mecanismos regionais: o Fórum China - CELAC e o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Mesmo após os dois planos a reforma do CSNU tão desejada pelo Brasil segue sem o apoio da China e continua apenas no papel.

Nos dois planos é abordada a cooperação cultural, educacional e intercâmbio entre os povos, expressado a vontade de acelerar o estabelecimento de Centros Culturais da China no Brasil e vice-versa, acelerar as negociações sobre a cooperação cinematográfica, fortalecer o

intercâmbio da cultura, literatura, artes visuais, dança, teatro e cinema com o objetivo de aproximar as culturas dos dois países.

Os dois planos seguem a mesma linha principal de: diálogo, respeito à soberania, projetos para transferir tecnologia e esforços para atenuar as assimetrias comerciais bilaterais. Infelizmente, devido aos empecilhos impostos à indústria brasileira já expostos no tópico 4.2 e a instabilidade política não organizam um bom cenário para a entrada de investimentos chineses. Não é vista nenhuma implementação sustentada, realidade causada pela desaceleração econômica mútua e, principalmente, a crise política brasileira. (PECEQUILO, JUNQUEIRA, 2016).

4.3 Parceria estratégica científico-tecnológica

A parceria estratégica no eixo científico-tecnológico provavelmente foi a que mais trouxe retorno positivo para o Brasil, com o início em 1988 do programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), o maior projeto de cooperação entre o Brasil e a China nesse setor.

Foram construídos e lançados a partir de 1999 cinco satélites de sensoriamento remoto, os CBERS-1, CBERS-2, CBERS-3, CBERS-4 e CBERS-5. O projeto proporciona vasto conhecimento tecnológico para o Brasil, visto que a China é muito mais avançada nessa área.

Em 2013 foi assinado o Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022 para continuação do Programa CBERS e passar a cooperação espacial para outros setores como satélites meteorológicos, serviços de lançamento e formação de pessoal (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

4.4 Relações comerciais sino-brasileiras e investimentos a partir do século XXI

O início dos anos 2000 marca um “divisor de águas” na evolução da Parceria Estratégica, na qual uma correção de rumos e de perspectivas permite lançar as bases para um florescente comércio bilateral, erigido sobre a fundação de uma crescente complementariedade entre as economias brasileira e chinesa (JUNIOR, 2010, p. 147).

Segundo estudos, a partir do fim do século XX para o século XXI, “as relações bilaterais sino-brasileiras apresentaram evoluções positivas no campo comercial em detrimento do

avanço no campo diplomático cooperativo” (MOURA, 2012, p.88), devido a ascensão econômica e produtiva chinesa a partir dos anos 1990, mais acentuada com a entrada do novo século, que aprofundou a interdependência e aumentou a diversidade de produtos da balança comercial sino-brasileira.

O século XXI e a crescente indústria chinesa repercutiram direta ou indiretamente na estrutura produtiva de muitos países, principalmente os da América Latina. A China necessitou de uma demanda de matéria-prima, grãos e carnes, em uma proporção muito maior do que a sua capacidade de produção, levando ao fortalecimento da relação comercial bilateral.

A China, diferentemente do Brasil, percebeu que um país se desenvolve mais rapidamente quando se especializa em tecnologias de ponta ao contrário de países que importam tecnologia ou que possuem principalmente exportações de *commodities*. Em vista disso, a China investiu em levar a tecnologia para as empresas do país.

Em 2000 a China se torna o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. Entre 2000 e 2003 houve um nítido crescimento das exportações brasileiras à China, enquanto as exportações chinesas ao Brasil não se destacaram. No entanto, no fim de 2004, ocorreu um crescimento vertiginoso das exportações chinesas de insumos industriais e bens de consumo finais chineses. Os representantes do setor industrial brasileiro se colocaram contra a parceria estratégica sino-brasileira nesse setor, buscando a implantação de salvaguardas³⁸.

Segundo Sr. Thomaz Zanotto, Vice Presidente do Departamento de Relações Internacionais da FIESP e responsável pela elaboração da política aplicada à China pela entidade referida, demonstrou uma visão bastante crítica sobre essa parceria estratégica. Ele acredita que “o Governo brasileiro não deveria sacrificar a sobrevivência de setores de setores industriais intrinsecamente competitivos no “altar” da Parceria Estratégia brasileira” (JUNIOR, 2010, p. 169), pois a concorrência é desequilibrada, já que a China não possui um custo país³⁹ alto, nem gastos trabalhistas e ambientais como no Brasil.

Percebe-se assim que, em termos econômicos e comerciais, a China é mais importante para o Brasil do que o Brasil é para a China e que no longo prazo essa relação assimétrica pode trazer prejuízos para o Brasil se este não tomar

³⁸ As medidas de salvaguarda têm como objetivo aumentar, temporariamente, a proteção à indústria doméstica que esteja sofrendo prejuízo grave ou ameaça de prejuízo grave decorrente do aumento, em quantidade, das importações. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1781-salvaguarda-as-medidas-de-salvaguarda>> Acesso em: 25 mai. 2017

³⁹ Custo país é o termo referente ao conjunto de entraves estruturais que encarecem a produção industrial local. Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/reportagem/custo-brasil-encarece-produto-nacional-em-ate-369-frente-aos-importados/>> Acesso em: 25 mai. 2017

medidas que visem ao aumento de sua produtividade e competitividade (GONÇALVES, BRITO, 2010, p.19).

O crescimento da China, principalmente a partir do século XXI, teve grande impacto na balança comercial brasileira. Durante o período de 1999-2007, as exportações brasileiras à China cresceram 41% em uma base anual, em comparação com 16% no total de exportações para o resto do mundo. Por outro lado, as importações provenientes da China aumentaram 38% durante o mesmo período, enquanto as importações totais do resto do mundo apenas aumentaram 11% ao ano (JENKINS, PETERS, 2009, p.168).

Como pode ser visto na tabela 1, as relações comerciais entre Brasil-China se desenvolvem de 2000 até 2003, como já dito acima, de maneira favorável para o Brasil. De 2004 a 2008 as importações chinesas atingiram o valor acima do obtido com as exportações brasileiras para aquele país, o que marcou uma caída no avanço brasileiro. A partir de 2009 o país vivenciou uma retomada e desde então, o Brasil acumula um superávit com o país

Tabela 1 – Intercâmbio Comercial Brasil-China (2000-maio/2017)

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		RESULTADO	
	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2000	1.085.301.597	0,00	1.222.098.317	0,00	-136.796.720	2.307.399.914
2001	1.902.122.203	75,26	1.328.389.311	8,70	573.732.892	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	32,54	1.553.993.640	16,98	966.985.031	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	79,83	2.147.801.000	38,21	2.385.562.162	6.681.164.162
2004	5.441.405.712	20,03	3.710.477.153	72,76	1.730.928.559	9.151.882.865
2005	6.834.996.980	25,61	5.354.519.361	44,31	1.480.477.619	12.189.516.341
2006	8.402.368.827	22,93	7.990.448.434	49,23	411.920.393	16.392.817.261
2007	10.748.813.792	27,93	12.621.273.347	57,95	-1.872.459.555	23.370.087.139
2008	16.522.652.160	53,72	20.044.460.592	58,81	-3.521.808.432	36.567.112.752
2009	21.003.886.286	27,12	15.911.133.748	-20,62	5.092.752.538	36.915.020.034
2010	30.785.906.442	46,57	25.595.419.005	60,86	5.190.487.437	56.381.325.447
2011	44.314.595.336	43,94	32.790.634.943	28,11	11.523.960.393	77.105.230.279
2012	41.227.540.253	-6,97	34.251.274.099	4,45	6.976.266.154	75.478.814.352
2013	46.026.153.046	11,64	37.303.817.486	8,91	8.722.335.560	83.329.970.532
2014	40.616.107.929	-11,75	37.344.985.579	0,11	3.271.122.350	77.961.093.508
2015	35.607.523.612	-12,33	30.719.405.022	-17,74	4.888.118.590	66.326.928.634
2016	35.133.589.864	-1,33	23.363.994.789	-23,94	11.769.595.075	58.497.584.653

2017	22.094.811.596	40,78	10.129.995.633	9,84	11.964.815.963	32.224.807.229
Janeiro	2.839.573.198	0,00	2.290.653.900	0,00	548.919.298	5.130.227.098
Fevereiro	3.405.553.833	19,93	1.863.278.005	-18,66	1.542.275.828	5.268.831.838
Março	5.539.110.661	62,65	2.101.368.703	12,78	3.437.741.958	7.640.479.364
Abril	5.170.037.363	-6,66	1.797.458.825	-14,46	3.372.578.538	6.967.496.188
Mai	5.140.536.541	-0,57	2.077.236.200	15,57	3.063.300.341	7.217.772.741

Fonte: MDIC

A partir de 2009, a China se tornou o maior parceiro comercial brasileiro e ao longo dos anos a China também se transformou no maior investidor estrangeiro direto do Brasil, destacando os setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Nos últimos anos, também foi observado uma diversificação nos setores de investimentos para segmentos como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

Entre os países em desenvolvimento, a China se tornou a maior recebedora de investimentos estrangeiros direto (IED), principalmente depois de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, que em 1995 o Brasil declarou apoio à essa entrada. Segundo o relatório da ONU, em 2014 a China já estava em 1º lugar no ranking mundial de IED como mostra a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (2014)

1º	China	US\$ 129 bilhões
2º	Hong Kong	US\$ 103 bilhões
3º	Estados Unidos	US\$ 92 bilhões
4º	Reino Unido	US\$ 72 bilhões
5º	Cingapura	US\$ 68 bilhões
6º	Brasil	US\$ 62 bilhões

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2015

De acordo com o relatório, a crise internacional de 2008 ainda influencia em resultados negativos, somados a incerteza política para os investidores e riscos geopolíticos elevados, o que culminou no fechamento do IED de 2014 em US\$ 1,23 trilhão, apresentando uma queda de 16% em relação a 2013.

Também há importantes investimentos do Brasil na China, nos setores: aeronáutico, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, e serviços bancários (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

Em 2014 foi inaugurado o primeiro banco da América Latina na China, com a abertura da agência do Banco do Brasil em Shanghai. Em 2015, os países criaram o Fundo Brasil-China para estimular a entrada de investimentos em setores de infraestrutura e logística, mineração, manufaturas, agricultura, etc. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

4.5 O Caso de Taiwan

O Brasil reconhece que a República Popular da China (RPC) é o único governo legal da China e que Taiwan faz parte do território da RPC, apoiando a política chinesa de “Uma Só China”. Após a implantação das relações diplomáticas, foram inauguradas as Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília. Além disso, o Brasil tem Consulados-Gerais em Shanghai, Cantão e Hong Kong e a China têm Consulados-Gerais no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, República Popular da China).

Estudiosos acreditam que um objetivo adicional da China em suas relações com a América Latina seja isolar Taiwan, ou República da China (ROC), que se considera uma nação, visto que possui moeda própria, eleições democráticas, forças armadas e constituição, enquanto a China a considera apenas uma província rebelde desde o fim da Guerra Civil em 1949 quando Taiwan se separou da RPC (QUARTZ, 21 dez. 2016).

Dos 33 países independentes da região da América Latina e do Caribe, a China possuía até 2008 relações diplomáticas oficiais com 21, enquanto as 12 nações restantes mantinham relações com Taiwan (COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS UNITED STATES SENATE, 2008, p.16, tradução livre), onde o Brasil faz parte do grupo de países que reconhece a diplomacia da China.

Até junho de 2017, apenas 20 países do mundo reconhecem a ROC ao invés da RPC. Segundo o site oficial do Ministério de Relações Exteriores de Taiwan, *ROC Embassies and Missions Abroad*, atualmente na América Latina os países que ainda reconhecem Taiwan e possuem uma embaixada do país são: o Paraguai, Belize, República Dominicana, Guatemala, Haiti, El Salvador, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Honduras e

Nicarágua, que somam 10 nações após a perda de São Tomé e Príncipe no final de 2016 e do Panamá em junho de 2017 contra 174 que reconhecem a RPC e a existência de “Uma Só China”.

4.6 Intercâmbio cultural entre Brasil e China a partir do século XXI

A partir de 1960 já chegavam imigrantes chineses no Brasil, principalmente para a cidade de São Paulo, que hoje já possui uma estimativa de 200 mil pessoas nascidas na china e descendentes, segundo o presidente da ONG JCI Brasil-China, Chang Kuo I, a grande maioria se concentra no bairro da Liberdade, que já é conhecido por sua gigantesca comunidade oriental no estado (MACAU, 2015). Para os que têm contato, esse bairro e seus moradores define muito o que sabem sobre a cultura chinesa, ou pelo menos é a primeira impressão.

Outro meio de exportação cultural chinesa no Brasil, foi através de eventos como o Ano Cultural da China no Brasil, realizado em 2013 promovido Ministério da Cultura, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a Embaixada da República Popular da China, secretarias estaduais e municipais de São Paulo e promotores brasileiros e patrocinadores, que percorreu cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília com exibição de filmes, balé, acrobacia, música, dança moderna e exposições de fotografias (MACAU, 2014), sempre com o objetivo de aproximar as duas culturas facilitando as relações bilaterais.

A culinária chinesa é considerada uma forma de *soft power*, o crescente consumo de pratos típicos chineses no Brasil, mostram que a cultura e seus costumes estão se propagando globalmente. A famosa milenar tradicional medicina chinesa também é notada no Brasil nas práticas de acupuntura, tuiná que ganham cada vez mais espaço, tanto que hoje já existe a Associação de Medicina Chinesa e Acupuntura Tradicional do Brasil (AMCT), entidade sem fins lucrativos com principal objetivo de divulgação da medicina chinesa no Brasil e na América Latina (FRACARI, 2014).

Os mundialmente famosos Mangás também exporta a cultura milenar chinês, contando para o mundo através de quadrinhos, as histórias de heróis de ação, lutadores de kung fu e aspectos da vida chinesa antiga ou contemporânea, tendo muitos se transformados em filmes e desenhos. O cinema também tem tido seu papel de destaque nas últimas década com atores e diretores chineses renomados mundialmente como o pioneiro Bruce Lee, que eternizou os filmes de artes marciais, prática que também possuem seu nível de influência.

Nos últimos anos, tem sido nítido o desenvolvimento de Institutos Confúcio para proporcionar um espaço para que pessoas de todo o mundo aprendam sobre a língua e a cultura chinesas, e na América Latina não foi diferente. Atualmente o Brasil possui 10 Institutos e 4 salas de aula Confúcio espalhadas por diversos estados brasileiros.

Em relação ao intercâmbio cultural dialogado entre os governos dos dois países, a cooperação cultural e educacional e intercâmbio entre os povos ganha uma sessão exclusiva no Plano Decenal e no Plano de Ação Conjunta, onde os países demonstram que conhecem a importância fundamental dessa cooperação e intercâmbio com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as culturas de cada um.

Shu Jianping, ex conselheiro cultural da Embaixada da China, acredita que o interesse pela língua chinesa no Brasil cresce porque há relações bilaterais entre os países, por exemplo na política e economia, mas que o Brasil conhece pouco sobre a China, o que muitas vezes dificulta essas negociações das relações bilaterais. Shu diz que os produtos chineses são diversas vezes criticados como de pouca qualidade, mas que isso não é verdade, é apenas uma noção pré-concebida dos brasileiros (FORERO, 2011).

Em junho de 2015 foi assinado a Ata da IV Reunião da Subcomissão Cultural da COSBAN. O secretário-executivo do Ministério da Cultura do Brasil (MinC), João Brant afirmou em reunião que “Tanto o Brasil quanto a China são potências culturais. Vamos trabalhar para tirar ainda mais proveito dessa riqueza cultural em prol do desenvolvimento dos países”. A ata tem como objetivo principal reforçar o intercâmbio da economia da cultura; cooperação das indústrias culturais; acordo de coprodução no âmbito do audiovisual, visando a aprofundar a cooperação nos setores de cinema, televisão e novas linguagens audiovisuais; intercâmbio de bibliotecas dos dois países e cooperação de técnicas de digitalização e preservação digital (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015).

Além das rodadas de negócios, o acordo firmado ainda prevê missões de prospecção e o incentivo à participação de artistas individuais ou grupos artísticos em festivais internacionais de arte e cultura, concursos, exposições e fóruns de caráter internacional realizados no território da outra parte. Os países ainda fortalecerão o intercâmbio entre as instituições culturais e os profissionais dos dois países, estimulando e apoiando a participação dos seus artistas em programas de residência artística do outro país (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015).

O secretário executivo do Ministério da Cultura, João Batista de Andrade, recebeu em fevereiro de 2017 o vice-ministro da Cultura da China, Yang Zhijin. Neste encontro foi

ênfâtizado a necessidade de aprofundar as relações culturais entre Brasil e China nos quesitos: audiovisual, com uma troca maior do mercado cinematográfico; economia da cultura; estimulação do intercâmbio de estudiosos e empresários da área cultural e de museus e bibliotecas; cooperação em traduções de obras e foi feito o convite para participação dos chineses na Bienal Internacional de Arte Curitiba que terá a China como país homenageado em 2017. O encontro também confirmou a presença dos dois na reunião ministros da Cultura do BRICS, onde pretende-se estabelecer mecanismos de cooperação cultural entre os países do grupo, como a criação de um Conselho Cultural dos BRICS e de uma aliança de bibliotecas, museus e galerias de artes (PORTAL BRASIL, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Nye tenha cunhado o termo *soft power*, foi possível notar com essa pesquisa que as ideias que baseiam este tipo de poder já eram utilizadas pelos chineses em seus valores políticos e sociais desde a antiguidade.

Com a chegada do século XXI, o conceito voltou à tona no cenário político chinês, passando das explorações acadêmicas para se tornar o direcionador da política doméstica e externa do país, que pretende impulsionar sua ascensão de forma pacífica, utilizando de cooperação, acordos e promover a manutenção da paz internacional como prega a teoria liberal das Relações Internacionais.

Os anos 2000 mudaram a ordem mundial devido a emergência de países em desenvolvimento. A globalização e interdependência dos países fez com que as políticas, cultura e valores de um país fossem compartilhados com todo o mundo, levando a China a utilizar de sua nova estratégia global para se desenvolver e buscar a estabilidade e paz com todos os países que deseja.

Como parte dessa política, vimos ao longo da pesquisa que a China pretende mostrar para o mundo sua cultura milenar e suas tradições com a intenção de influenciar positivamente na imagem do país em âmbito internacional e ampliar suas relações de longo prazo não somente com os países vizinhos que compartilham das mesmas raízes, mas com o resto do mundo.

O país acredita que somente por vias de *soft power* irá construir uma imagem pública positiva, mas para isso precisa lutar contra a dominante mídia ocidental, que muitas vezes foca apenas nos pontos negativos do país. Infelizmente, em um país onde quem constrói o *soft power* é apenas o governo devido a restringida liberdade na mídia para os cidadãos e empresas, é difícil competir com potências como os Estados Unidos, onde seu *soft power* é constantemente emanado por fontes não-estatais para todo o mundo.

Uma das grandes ferramentas do governo chinês para exportar sua cultura pelo mundo tem sido os Institutos Confúcio, que objetivam promover a língua chinesa e sua cultura no exterior. Com sua ideologia de paz do pensador cujo leva nome, os institutos vem aumentando vertiginosamente seu número ao redor do mundo.

Apesar do sucesso de muitos Institutos e políticas chinesas de *soft power*, são inúmeros os limites impostos para o crescimento dessa política de ofensiva charmosa, começando pela violação dos direitos humanos, uma pauta ainda extremamente preocupante no país, que se

torna a maior fraqueza em seu sistema atualmente, visto que, enquanto o país continuar vendendo uma imagem de busca pela paz, mas estiver atuando diferente e seu próprio território, será difícil para conseguir a confiança dos outros países.

O país encontra-se atualmente em 28º lugar como país com *soft power* mais influente no mundo, porém, levando em conta os bilhões de dólares já gastos nessa política, o país poderia ter um retorno mais expressivo no quesito, que remontam nas fraquezas internas melhores destrinchada ao longo do segundo capítulo.

Após explicar detalhadamente sobre essa ascensão e uso do *soft power*, o trabalho mostrou com o terceiro capítulo até que ponto essa nova política da China chegou a influenciar o Brasil.

O que foi inferido ao decorrer do terceiro capítulo é que existe uma forte parceria estratégica entre os países com mútuos ganhos econômicos, políticos e científicos, porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido no que tange ao intercâmbio cultural. Pesquisas mostraram que os documentos que pautavam as parcerias estratégicas mencionavam muitos desejos de se ter essa troca cultural, mas pouco realmente saiu do papel, resultando em uma influência no china no Brasil de forma tímida no âmbito cultural.

Devido ao pouco tempo para desenvolvimento, entendemos que o *soft power* chinês ainda está em seu estágio inicial e é visto como fraco por alguns, especialmente quando colocado em comparação com o *hard power* do país. Não podemos deixar de lembrar que o rápido crescimento do país foi notável, mas por ser uma política nova e que apresenta muitos desafios para o país, é necessário tempo para amadurecimento.

6. REFERÊNCIAS

ALBERT, Eleanor. **China's Big Bet on Soft Power**. 11 mai. 2017, Coucil of Foreign Relations. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-big-bet-soft-power>> Acesso em: 08 jun. 2017.

AMARAL, Gabriela Granço do. **Análise Da Diplomacia Chinesa: A “Ascensão Pacífica” E Seus Questionamentos**. 3º Encontro Nacional ABRI 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200016&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 10 mai. 2017.

AUGUSTO, Pedro. **Período dos Reinos Combatentes**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/periodo-dos-reinos-combatentes/>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. **Economic relations between Brazil and China: a Difficult Partnership**. Briefing Papers, 2006. Disponível online em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/50190.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

CASTRO, Thales. **Teoria Das Relações Internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012.

COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS UNITED STATES SENATE. **China's Foreign Policy And “Soft Power” In South America, Asia, And Africa**. April 2008, printed for the use of the committee on foreign relations. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html>> Acesso em: 05 jun. 2017.

COSTA, Guilherme Octávio Morais. **A Evolução do Comércio Entre Brasil e China: Uma Análise das Relações Comerciais Bilaterais Sino-brasileiras**. Trabalho de conclusão de curso, Araraquara, UNESP, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequence=1>>. Acesso em 08 jun. 2017.

COURMONT, Barthélémy. **Soft Power Debates in China**. Disponível em: <http://www.academic-foresights.com/Soft_Power_Debates_in_China.html>. Acesso em: 15 mai. 2017.

CUNHA, A. M. **A Economia Política do "Milagre Chinês"**. Área 1 - Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política. UFRGS. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091508220-.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017

DALL'AGNOL, Augusto César. **Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal.** V Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais, Santa Cruz do Sul, Set. 2014. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/10-Ascens%C3%A3o-da-China-e-transi%C3%A7%C3%A3o-de-poder-conflito-entre-a-teoria-neorrealista-e-a-neoliberal.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

DIÁRIO DO POVO ONLINE. **República Popular da China estabelece relações diplomáticas com a República do Panamá.** 13 jun. 2017. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/0613/c309806-9227856-6.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

DING, Sheng. **Soft Power and the Rise of China: An Assessment of China's Soft Power in its Modernization Process.** ProQuest Information and Learning Company. 2006.

DUARTE, Paulo. **Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa.** Contexto int., Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.501-529, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n2/a05v34n2.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ELLIS, R. Evan. **Chinese Soft Power in Latin America: A Case Study.** issue 60, 1st quarter 2011. Disponível em: <https://umshare.miami.edu/web/wda/hemisphericpolicy/Speaker_Presentations/6LAConf-ChineseSoftPowerinLACaseStudy-Ellis.pdf> Acesso em: 06 jun. 2017.

FORERO, Juan. **China and Brazil Warm Up Business, Culture Ties.** NPR, 29 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.npr.org/2011/06/29/137353744/china-and-brazil-warm-up-business-culture-ties>>. Acesso em 07 junho de 2017.

FRACARI, Lincoln. **Soft Power da China no Brasil.** China Link Blog de Importação, 08 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.chinalinktrading.com/blog/soft-power-da-china-brasil-china-link-blog-de-importacao/>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

FRANCE PRESSE. **China aprova leis de vigilância na internet e censura cinematográfica.** G1, 08 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/china-aprova-leis-de-vigilancia-na-internet-e-censura-cinematografica.html>>. Acesso em 11 jun. 2017.

GILL, Bates; HUANG, Yanzhong. **Sources and Limits of Chinese "Soft Power".** Survival, Vol.48, No 2, 2016. Disponível em: <<http://www.comw.org/cmp/fulltext/0606gill.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

GLASER, Bonnie S.; MURPHY, Melissa E. **Soft Power with Chinese Characteristics.** Media Queries, 2009. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/090310_chinesesoftpower__chap2.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: Uma Parceria Estratégica?**. Século XXI, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010. Disponível: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/viewFile/4/4>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

HANBAN. **Confucius Institute Headquarters (Hanban)**. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso em 10 jun. 2017.

HOGENBOOM, Melissa. **China's new phase of panda diplomacy**. 25 set. 2013. BBC NEWS. Disponível em < <http://www.bbc.com/news/science-environment-24161385> >. Acesso em: 05 jun. 2017

HUMAN RIGHTS WATCH. **China, Events of 2016**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/china-and-tibet> >. Acesso em: 31 mai. 2017.

HUNING, Wang. **Culture as National Soft Power: Soft Power**. Journal of Fudan University, 1993.

IFENGUS. **Phoenix Satellite Television (U.S.) Inc**. Disponível em: <<http://www.ifengus.com/?q=content/english> >. Acesso em: 31 mai. 2017

INSTITUTO CONFUCIO NA UNB. **Aproximação com o Brasil é uma prioridade da política externa chinesa**. 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.confucio.unb.br/aproximacao-com-o-brasil-e-uma-prioridade-da-politica-externa-chinesa/>>. Acesso em 07 jun. 2017.

JENKINS, Rhys; PETERS, Enrique Dussel. **China and Latin America, Economic relations in the twenty-first century**. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE) in cooperation with Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) / Centro de Estudios China-México (CECHIMEX). – Bonn [u.a.]: DIE [u.a.], 2009. Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2013/4389/pdf/Studies_49.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

JINGZHI, Li; PING, Pu. **The Choice of China: Peaceful Development and Construction of a Harmonious world**. China Renmin University Press. 2012.

JINTAO, Hu. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007**. XinhuaNet, 24 out. 2007. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>. Acesso em: 31 mai. 2017.

JUNIOR, Oswaldo Biato. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2010.

KALATHIL, Shanthi. **China's Soft Power in the Information Age**. Institute For The Study Of Diplomacy, Mai. 2011. Disponível em: <https://isd.georgetown.edu/sites/isd/files/Kalathil_Chinas_Soft_Power.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

KE, You. **A Construção do Soft Power Chinês em Angola**. 2016. Tese (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

KEANE, Michael. **Internet + culture: rebooting China’s cultural power**. Asia and the Pacific Policy Society. 04 mar. 2016. Disponível em: < <https://www.policyforum.net/internet-culture-rebooting-chinas-cultural-power/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução Cláudio Figueiredo. 1. ed. - Rio de Janeiro, Editora Objetiva Ltda, 2014.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World**. Londres: A New Republic Book, 2007.

KURLANTZICK, Joshua. **China’s Model of Development and the “Beijing Consensus”**. China US Focus. 29 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/finance-economy/chinas-model-of-development-and-the-beijing-consensus/>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

LI, Mingjiang. **Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics**. Estados Unidos: Lexington Books, 2009.

LISI, Ma. **Preliminary Thoughts on Accelerating China’s Soft Power Building**. Literature of Chinese Communist Party, no.7, 2007.

MACAU. **Ano Cultural da China no Brasil**. 15 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/2014/02/15/ano-cultural-da-china-no-brasil/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MACAU. **Comunidade chinesa em São Paulo estimada em 200 mil pessoas**. 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/2015/05/18/comunidade-chinesa-em-sao-paulo-estimada-em-200-mil-pessoas/>>. Acesso em 05 jun. 2017.

MCCLORY, Jonathan. **The Soft Power 30 Report**. Portland, 2016. Disponível em: <https://softpower30.portland-communications.com/wp-content/themes/softpower/pdfs/the_soft_power_30.pdf >. Acesso: em 20 mai. 2017.

MENG, Meng. **Chinese Soft Power: The Role of Culture and Confucianism**. Syracuse University Honors Program Capstone, Projects. Paper 182, 2012. Disponível em: <http://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1184&context=honors_capstone>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Brasil e China celebram aproximação de ações culturais**. 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/brasil-e-china-celebram-aproximacao-de-acoes-culturais/10883>. Acesso em 04 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇO. **Balança comercial brasileira: Países e Blocos**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio->

exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>. Acesso em 10 jun. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano de Ação Conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China- 2015-2021**. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9687:visita-oficial-do-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-ao-brasil-documentos-brasilia-19-de-maio-de-2015&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR#pac-pt>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República Popular da China**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

MOORE, St. John; SCHACHE, Ilse. **China's charm offensive**. Brunswick Review. Issue7. 2013. Disponível em: <https://www.brunswickgroup.com/media/140853/brunswick_review-7_low-res.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MORAES, Julio Lucchesi. **Economia da Cultura Chinesa e a Expansão do Instituto Confúcio**. 2013, FIPE. Disponível em: <http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/2013/2_bif389.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

MOURA, Diogo Villela Garcia. **O Brasil e a República Popular da China no Século XXI: Inserção Internacional e Relações Bilaterais em Perspectiva Comparada**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2012.

MUNK-PETERSEN, Mattias. **Soft Power in China, An historical analysis of the notion and role of soft power**. International Affairs – Culture and Global Studies, Aalborg University, 2003.

NATHAN, Andrew J.; SCOBELL, Andrew. **Human Rights and China's Soft Power Expansion**. 12 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.hrichina.org/en/content/3174>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World of Politics**. 1 ed. Estados Unidos: PublicAffairs, 2004.

_____. **The Limits of Chinese Soft Power**. Today's Zaman, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.belfercenter.org/publication/limits-chinese-soft-power>>. Acesso em 03 jun. 2017.

_____. **The Olympics and Chinese Soft Power**. The Huffington Post, 2008. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/the-olympics-and-chinese_b_120909.html>. Acesso em: 23 mai. 2017.

_____. **The Rise of China's Soft Power**. Wall Street Journal Asia, 2005. Disponível em: <<http://www.belfercenter.org/publication/rise-chinas-soft-power>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. **Why China Is Weak on Soft Power**. The Opinion Pages, The New York Times, 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/18/opinion/why-china-is-weak-on-soft-power.html>>. Acesso em 07 jun. 2017.

OBSERVATORIO CHINA. **China: uma emergência pacífica?**. Disponível em: <<http://www.observatoriodachina.org/images/papers/l.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

PAN, Esther. **China's Soft Power Initiative**. Council on Foreign Relations, 18 mai. 2006. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-soft-power-initiative>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

_____. **The Promise and Pitfalls of China's 'Peaceful Rise'**. Council on Foreign Relations, 14 abr. 2006. Disponível em: <http://www.cfr.org/publication/10446/promise_and_pitfalls_of_chinas_peaceful_rise.html>. Acesso em: 30 mai. 2017.

PECEQUILO, Cristina. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre, 2005.

PECEQUILO, Cristina; JUNQUEIRA, Emerson. **Uma Visão Comparada das Relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015)**. Editora Mundorama. Revista de Divulgação científica em Relações Internacionais. 25 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=18392>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégias e Potencialidades**. São Paulo. Editora LCTE, 2011.

PORTAL BRASIL. **Brasil busca maior intercâmbio cultural com a China**. 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2017/02/brasil-busca-maior-intercambio-cultural-com-a-china>>. Acesso em 06 jun. 2017.

PORTAL PLANALTO. **Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil**. 19 mai. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-2009-china-amplia-investimentos-no-brasil>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

QUARTZ. **And then there were 21: Taiwan says goodbye to tiny São Tomé and Príncipe.** 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://qz.com/868794/taiwan-loses-another-diplomatic-ally-as-tiny-sao-tome-and-principe-switches-allegiance-to-beijing/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus.** Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em: <<http://www.politicalchina.org/uploadfile/200909/20090918021638239.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

REDAÇÃO MUNDO ESTRANHO. **O que foi a Revolução Cultural Chinesa?.** 18 abr 2011. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-foi-a-revolucao-cultural-chinesa/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ROC EMBASSIES AND MISSIONS ABROAD. **Taiwan Republic of China.** Disponível em: <http://www.roc-taiwan.org/portalOfDiplomaticMission_en.html#CentralSouthAmerica>. Acesso em: 07 jun. 2017.

SERVAES, Jan. **Xi Jinping's Chinese Dream and Soft Power.** Disponível em: <<https://cpianalysis.org/2016/03/18/88952/>> Acesso em: 12 mai. 2017.

SIGNIFICADOS. **Diferença entre cultura popular e cultura erudita.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/diferenca-entre-cultura-popular-e-cultura-erudita/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SUDWORTH, John. **Confucius institute: The hard side of China's soft power.** BBC News, Shanghai, 22 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-china-30567743>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

SUZUKI, Shogo. **All that Glitters is Not Gold: The Limits of China's Soft Power.** The China Policy Institute, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://cpianalysis.org/2016/03/28/all-that-glitters-is-not-gold-the-limits-of-chinas-soft-power/>> Acesso em 07 jun. 2017.

THORNTON, John L. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004.** Chair of the Board. The Brookings Institution, Jun. 2005. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2012/04/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

TREMBLAY, Mathieu. **L'émergence du soft power chinois.** Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen, 2007. Disponível em: <<http://www.centpapiers.com/lemergence-du-soft-power-chinois/799/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

UNCTAD. **World Investment Report 2015, Reforming International Investment Governance.** Geneva. UNITED NATIONS PUBLICATION, 2015. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2015_en.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

WIKIPEDIA. **Intervenção militar na Iugoslávia em 1999**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Interven%C3%A7%C3%A3o_militar_na_Iugosl%C3%A1via_em_1999>. Acesso em: 23 mai. 2017.

XIAO, Yun. **Confucius institutes in the US: Platform of promoting China's soft power**. Global Chinese. Volume 3. 2017.

XINTIAN, Yu. **The Role of Soft Power in China's Foreign Strategy**. Guoji Wenti Yanjiu, 13 mar. 2008.

YOULING, Liu, **External Communication as a Vehicle for Disseminating Soft Power: A study of China's efforts to Strengthen its Cultural Soft Power in the Era of Globalization**. PhD Dissertation for Doctor of Philosophy, University of Buffalo, New York, Nov. 2011.